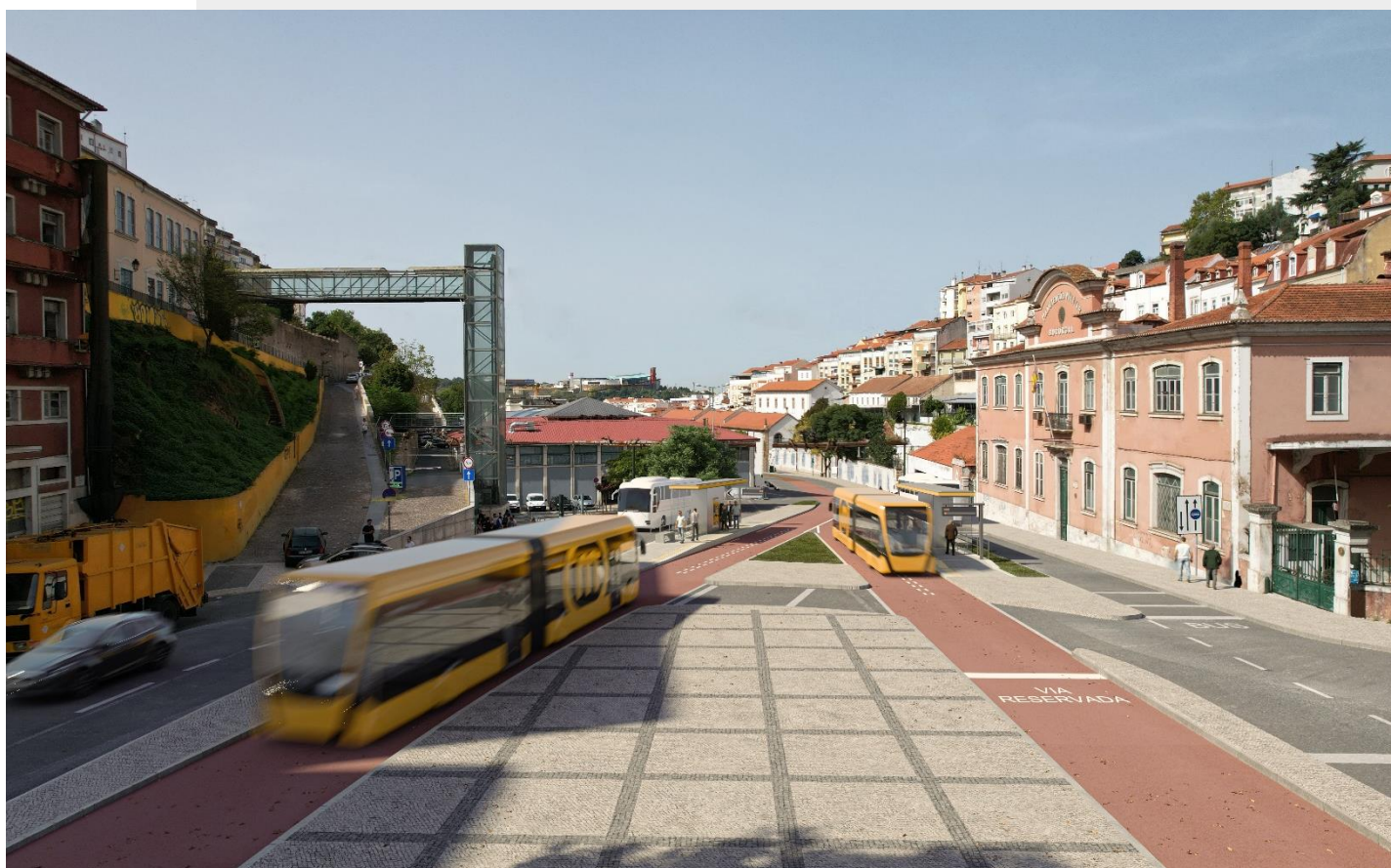


FEVEREIRO 2023

Plano de Atividades e Orçamento 2023-2025

Aprovado em Conselho de Administração em 7 de fevereiro 2023



ÍNDICE

ÍNDICE	2
ÍNDICE DE QUADROS	3
LISTA DE ANEXOS	3
1. ENQUADRAMENTO	4
1.1 Apresentação da Empresa	4
1.2 Missão, Visão e Valores	5
1.3 Estrutura Orgânica da Empresa	7
2. ESTRATÉGIA, OBJETIVOS E METAS	8
2.1 Estratégia	8
2.2 Objetivos	9
2.3 Metas de Médio-Prazo	10
2.4 Metas de Curto-Prazo	10
3. PRESSUPOSTOS DE REFERÊNCIA	12
3.1 Enquadramento Macroeconómico	12
3.2 Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão	13
3.3 Enquadramento no Programa de Governo	16
3.4 Enquadramento no Orçamento de Estado	17
4. ATIVIDADES E RECURSOS 2022 – 2024	18
4.1 Atividades a Desenvolver	18
4.1.1 Atividades correntes	18
4.1.2 Interfaces e integrações funcionais	19
4.1.3 Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra	19
4.1.4 Estudos, projetos, concursos e fornecimentos	21
4.1.5 Serviços Rodoviários Alternativos	24
4.1.6 Comunicação e Marketing	26
4.2 Investimentos a realizar	27
4.3 Evolução dos Recursos Humanos	29
4.4 Evolução dos Recursos Financeiros	34
4.5 Análise dos Indicadores de Gestão	43

Índice de Quadros

Quadro 1 - Cenário macroeconómico.....	12
Quadro 2 - Evolução do Investimento	28
Quadro 3 - Quadro de Pessoal	30
Quadro 4 - Quadro de Evolução dos Recursos Humanos em 2023.....	31
Quadro 5 - Custos com Pessoal	32
Quadro 6 - Evolução marginal dos encargos anuais com as novas admissões	32
Quadro 7 - Encargos com a Administração e Órgãos Sociais.....	33
Quadro 8 - Encargos com Recursos Humanos e Equiparados.....	33
Quadro 9 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Financeira.....	34
Quadro 10 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Orçamental.....	34
Quadro 11 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Financeira	36
Quadro 12 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Orçamental	37
Quadro 13 - Gastos por Centros de Custos.....	37
Quadro 14 - Orçamento de Exploração.....	38
Quadro 15 - Evolução dos Custos com Pessoal, FSE e Volume de Negócios.....	39
Quadro 16 - Despesas de Funcionamento.....	41
Quadro 17 - Discriminação dos Outros FSE.....	42
Quadro 18 - Encargos com a frota automóvel.....	43
Quadro 19 - Evolução do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais.....	44
Quadro 20 - Evolução Comparada do IOEGG, dos Custos com Pessoal e FSE.....	45

Lista de Anexos

Anexo A – Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo B – Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO)

Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais

Anexo D – Linhas de Investimento

Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação

Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional

Anexo G – Encargos Económicos e Financeiros decorrentes da crise geopolítica internacional

Anexo H – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito das novas admissões

Anexo I – Grau de execução estimada do PAO 2022

Anexo J – Autorização para admissão de 4 trabalhadores no exercício de 2021

Anexo K – Autorização para admissão de 5 trabalhadores no exercício de 2022

Anexo L – Portaria de extensão de encargos já emitidos relativamente a investimentos

1. Enquadramento

1.1 Apresentação da Empresa

A Metro-Mondego, S.A. [MM], é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública a 20/05/1996. De acordo com os Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações dos acionistas da Metro-Mondego no seu capital social compreendem o Estado, que detém a maioria do Capital Social (53%), os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã (com 14% cada), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (2,5%) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (2,5%).

Através do Decreto-Lei n.º 10/2002, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro, o Estado atribuiu à MM a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de transporte nos Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]. Segundo o mesmo diploma, compete à Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP] o desenvolvimento dos procedimentos necessários à realização de projetos técnicos e assessoria à gestão e coordenação, de expropriações, de empreitadas (infraestrutura base do troço entre Coimbra B e Serpins, sistemas de telemática e de apoio à exploração e de paragens, sinalética e mobiliário urbano), de fiscalização das mesmas e ainda da candidatura a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento. À MM cabe supervisionar o SMM e assegurar a sua exploração comercial.

A solução de transporte adotada pela MM, o Metrobus, que se configura como um sistema de transporte rodoviário em infraestrutura dedicada e assegurada por veículos elétricos adaptados a essa infraestrutura, sendo económica e socialmente mais vantajosa, assegura o aproveitamento racional do canal ferroviário existente, para além de permitir uma integração sustentável em meio urbano.

Durante a fase de construção das infraestruturas a MM é ainda responsável pelos Serviços Rodoviários Alternativos.



1.2 Missão, Visão e Valores

A Missão da MM é subsidiária da ambição que presidiu à sua criação e que, genericamente, pode ser equacionada pela importância de suprir necessidades de mobilidade na área geográfica dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã afirmando-se, por esta via, como um instrumento decisivo para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas. Em concreto, a Missão da MM agrega as seguintes dimensões:

- **Implementar e explorar o SMM** na área geográfica dos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos afetos ao projeto;
- **Promover a mobilidade sustentável**, colocando os meios disponíveis e o conhecimento acumulado ao serviço da região, dos seus habitantes e visitantes, incentivando ativamente a implementação de soluções inovadoras em matéria de mobilidade, de oferta de serviços urbanos integrados e de proteção do ambiente;
- **Assegurar a manutenção e renovação da infraestrutura**, com elevadas condições de segurança, interoperabilidade e de continuidade do serviço público;
- **Contribuir para a Inclusão Social e para a igualdade entre mulheres e homens** de forma eficaz e coerente.

A Visão da MM pondera o impacto da sua atividade num horizonte de longo prazo e projeta três perspetivas entendidas como necessárias para que esse futuro possa ser alcançado:

- Ser uma **organização inovadora**, interagindo com as populações e assegurando de modo eficaz a implementação e a exploração do SMM, **visando alcançar elevados padrões de qualidade de serviço público**;
- Ser um **parceiro das autarquias e dos demais agentes** no desenvolvimento de um sistema de transportes integrado, que contribua para a **melhoria das acessibilidades** e do **desenvolvimento económico e social**, bem como para as condições de **coesão territorial** e de **qualificação urbana**;
- **Participar**, juntamente com os diversos atores económicos, sociais e académicos, **no desenvolvimento sustentável, de melhoria da qualidade de vida e de aumento da atratividade da região**.

A MM pauta as suas ações tendo como referência os seguintes Valores:

- **Serviço Público** de elevada qualidade com foco nas pessoas e salvaguarda da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- **Transparência e integridade** em todas as intervenções e relações com partes interessadas;
- **Rigor e responsabilidade** no cumprimento das tarefas profissionais;

- **Espírito de equipa**, procurando a orientação para objetivos comuns, valorizando a partilha de conhecimento, o mérito e a equidade;
- **Sustentabilidade**, promovendo a mobilidade ecológica e a qualidade de vida através da adoção das melhores práticas do sector e da consciencialização ambiental interna e externa;
- **Inclusão**, desenvolvendo soluções de mobilidade que permitam a todos deslocarem-se conforme as suas necessidades, independentemente da sua condição física, social ou género.



1.3 Estrutura Orgânica da Empresa

A MM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. Os atuais Órgãos Sociais da MM foram eleitos para o mandato do triénio 2019 a 2021 em Assembleia Geral de Acionistas a 24 de julho de 2019 sendo o Conselho de Administração composto por um Presidente, um vogal com funções executivas e uma vogal com funções não executivas. A Estrutura Orgânica em vigor na MM é apresentada na Fig. 1.

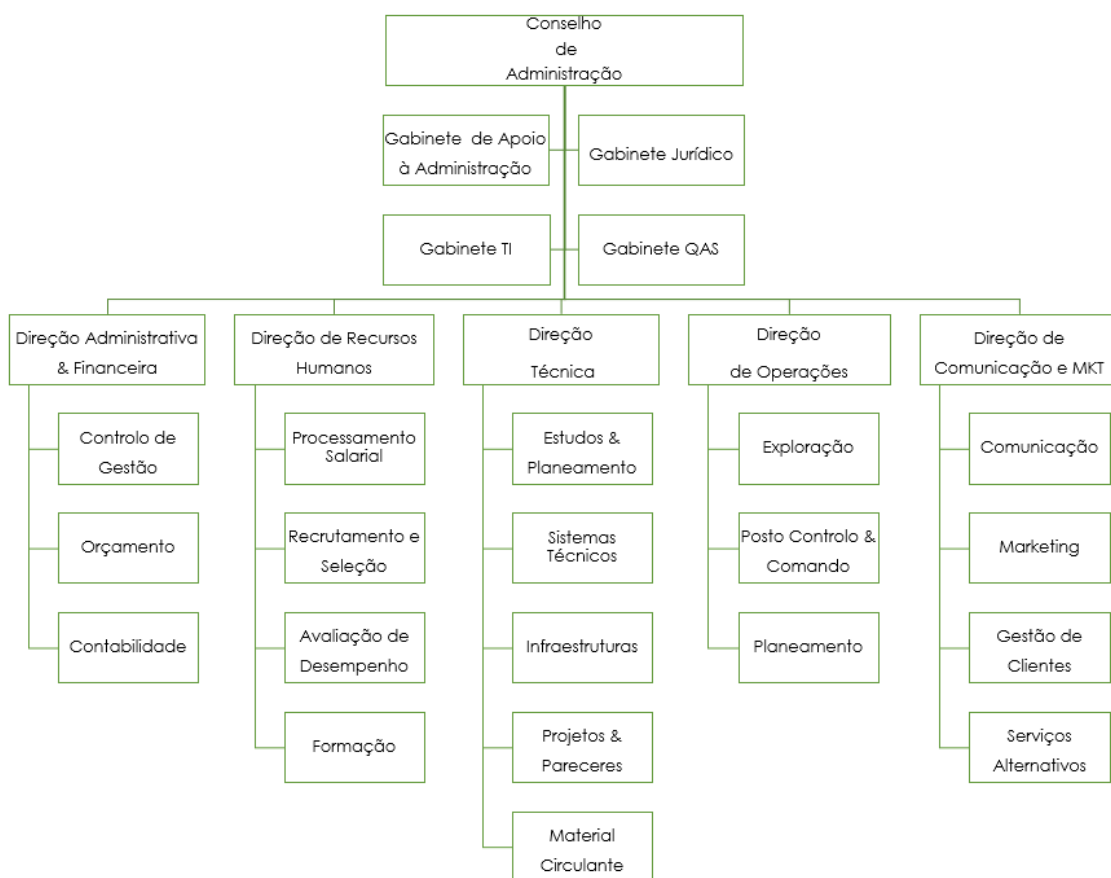


Figura 1 - Organograma da Metro Mondego, S.A.

2. Estratégia, Objetivos e Metas

2.1 Estratégia

Em termos genéricos, a estratégia da MM consiste na **promoção da mobilidade sustentável na sua área de intervenção**, ou seja, *“criar as condições para que [a mobilidade] se possa exercer através de modos de transporte sustentáveis, isto é, cuja produção tenha os menores impactes possíveis sobre o ambiente, recorra a energias renováveis ou cada vez menos dependentes de recursos naturais esgotáveis [...], com custos social e economicamente aceitáveis pela sociedade, e que garantam uma relativa equidade de acesso a toda a população”*¹.

Esta orientação da atividade da MM enquadra-se, naturalmente, nas estratégias estabelecidas nas escalas europeia, nacional e regional para a mobilidade.

De facto, a orientação antes referida está claramente definida no plano europeu, cuja estratégia estabelece que a *“mobilidade com baixo nível de emissões é uma componente essencial da grande transição para a economia circular hipocarbónica, necessária para a Europa manter a sua competitividade e poder dar resposta às necessidades de mobilidade das pessoas e das mercadorias”*².

No plano nacional, também no programa do XXII Governo Constitucional, se integra a mobilidade sustentável como parte do 1º Desafio Estratégico, relativo às Alterações Climáticas³, para cujo resultado se definem vários eixos de atuação, entre os quais se contam a descarbonização do setor dos transportes, a promoção do transporte público urbano e a transição para a mobilidade elétrica⁴.

Na dimensão regional, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS] da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra [CIM RC] estabelece como objetivos estratégicos, entre outros, a *“promoção de uma transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes, [a] garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo,*

¹ Cf. APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2010): Projeto Mobilidade Sustentável, Volume II, página 11.

² Comissão Europeia (2016): Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica; Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões; COM (2016) 501 final; página 2.

³ Cf. Programa do XXII Governo Constitucional: “1.º DESAFIO ESTRATÉGICO: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - Enfrentar as alterações climáticas garantindo uma transição justa”, página 56 e seguintes.

⁴ Cf. páginas 64 a 68, op. cit..

[e a] *redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito estufa e do consumo de energia*".⁵

Numa escala mais micro, isto é, associada à atividade da empresa, a estratégia estabelecida assume três dimensões complementares:

- I. **Disponibilizar a infraestrutura** do SMM, tão brevemente quanto possível, em articulação com a Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP];
- II. **Preparar a operação** do sistema em modo rodoviário elétrico;
- III. Contribuir para um ecossistema de colaboração regional, por forma a permitir **integração do SMM** com os restantes modos e operadores de transporte público.

2.2 Objetivos

Disponibilizar, dentro dos prazos estabelecidos, um sistema de transporte coletivo [TC] de elevada qualidade que permita aumentar expressivamente a quota do transporte público [TP] nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A concretização deste desiderato envolverá necessariamente vários objetivos parcelares, dos quais se sublinham:

- Contribuir para uma valorização da imagem do TC, frequentemente visto como um modo de transporte destinado a estratos de menores rendimentos, para um sistema de transporte universal, inclusivo, ecológico e capaz de atrair e servir utilizadores independentemente do estrato social e/ou condições económicas;
- Promover condições de trabalho adequadas para todos os colaboradores e prestadores de serviços da MM, componente essencial para otimizar a eficiência da empresa;
- Desenvolver uma cultura de cooperação com os principais agentes envolvidos, entre os quais se destacam o Estado, os municípios que serão abrangidos, a CIM RC e os operadores de transporte deste espaço geográfico.

⁵ Cf. CIM RC (2018): Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra; página 23.



2.3 Metas de Médio-Prazo

A principal meta de médio-prazo consiste em colocar em operação o SMM em 2024 (admitindo-se que esta possa ser faseada, i.e., entre Serpins e a Portagem previsivelmente no final do primeiro semestre e toda a extensão até ao final deste ano).

Constitui-se igualmente, como meta de médio prazo, a disponibilização de um tarifário intermodal integrado para a região de Coimbra, processo que exigirá uma articulação entre os sistemas de bilhética dos diversos operadores e a constituição da entidade gestora do tarifário intermodal.

Importa ter presente que o cumprimento das metas referidas depende necessariamente de um conjunto de pressupostos, entre os quais se inclui a obtenção dos financiamentos previstos, das autorizações governamentais relevantes e do cumprimento do planeamento acordado entre o Governo, a MM, os municípios e a IP.

2.4 Metas de Curto-Prazo

As principais metas de curto-prazo estabelecidas para a atividades da MM são as seguintes:

- Abertura do Canal da Baixa de Coimbra: conclusão da empreitada no 4º trimestre de 2023;

- Parque de Material e Oficinas [PMO]: início da empreitada em fevereiro de 2023 e conclusão da execução da obra no 1º semestre de 2024;
- Aquisição de veículos: execução do concurso internacional de fornecimento de 35 autocarros articulados elétricos (com eventual opção de 5 veículos adicionais) com entrega do protótipo para testes no 4º trimestre de 2023 e conclusão do fornecimento (35 veículos base) no 1º trimestre de 2024;
- Institucionalização da entidade gestora do tarifário intermodal, por forma a permitir a disponibilização do tarifário integrado em 2023, articuladamente com a colocação em serviço do SMM e com a implementação do sistema de bilhética respetivo;
- Serviços Alternativos: execução do contrato em vigor para a operação do serviço de transportes alternativos ao ramal ferroviário da Lousã e início do processo de prolongamento deste serviço até à entrada em funcionamento da primeira fase do SMM; preparação do concurso para a operação dos transportes alternativos ao troço Coimbra – Coimbra B, com início a partir da interrupção da atual ligação ferroviária.

3. Pressupostos de Referência

3.1 Enquadramento Macroeconómico

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da MM é desenvolvido em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2023 [IPGs2023], anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Sector Empresarial do Estado [SEE], constantes do Despacho N° 252/2022-SET, de 18 de agosto.

O cenário macroeconómico considerado é o que se reproduz no Quadro 1.

Quadro 1 - Cenário macroeconómico

PIB e componentes da Despesa (Var. % em termos reais)*	2020	2021	2022	2023
PIB	-8,4	4,9	6,5	1,9
Consumo Privado	-7,1	4,5	4,6	2,3
Consumo Público	0,4	4,1	1,2	1,3
Investimento	-2,7	6,4	6,5	5,2
Exportações de bens e Serviços	-18,6	13,1	12,3	4,1
Importações de Bens e Serviços	-12,1	12,9	8,6	4,1
Evolução dos Preços				
IPC	-0,1	0,9	6,8	3,6

* Preços constantes de 2016

Fonte: GPEARl apud Despacho n° 252/2022-SET

Para a MM, os anos de 2020 e 2021 foram, tal como para a generalidade das empresas do SEE, anos profundamente atípicos, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2. Acresce que o ano de 2022 foi também fortemente condicionado pela crise geopolítica internacional atual, com impacto orçamental significativo no país, designadamente em matéria de gastos com consumos energéticos. Assim, nos termos das "Instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2023, anual e plurianual, das empresas não financeiras do SEE" ⁶, o ano de referência a ser considerado para a elaboração deste PAO é o de 2019 ou 2022, consoante o que for mais adequado (uma vez que não haverá volume de negócios a registar). Ou seja, em regra, é face a 2019 que aqui se perspetiva a atividade da empresa para 2023 (e respetivo triénio) e que se fundamentam os aumentos ou decréscimos assinalados, podendo, eventualmente, serem feitas referências aos exercícios de 2022 e 2021 sempre que tal se entenda oportuno ou necessário para melhor enquadrar trajetórias ou variáveis específicas.

⁶ Cf. Despacho n° 252/2022 – SET, página 1.

3.2 Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão

A proposta de PAO e respetivas projeções financeiras obedece à legislação e orientações vigentes para o SEE, nomeadamente no que concerne à prática de uma estratégia de maximização das receitas mercantis e continua implementação de políticas de redução de custos. A MM não tem, nem considera vir a ter, pagamentos em atraso, assegurando a prática de um prazo médio de pagamentos [PMP] inferior a 30 dias. Por esta via a MM associa-se ao crescente contributo do SEE para a solidez das finanças públicas e garante o compromisso com a manutenção integral dos objetivos do "Programa Pagar a Tempo e Horas", assumindo um PMP até 30 dias nas Demonstrações Financeiras Previsionais de 2023 a 2025. Igualmente, a MM não tem endividamento e não prevê o recurso ao endividamento. Em conformidade, considera-se estar fundamentada a não aplicabilidade, à realidade MM, da alínea vi) do ponto 2 das IPGs2023.

Os cenários de evolução da situação financeira da MM considerados no plano anual (2023) e plurianual (triénio 2023-2025), ponderam um conjunto de especificidades que decorrem da implementação, em curso, do SMM e que devem ser tidas em conta na leitura da generalidade das projeções deste Plano, nomeadamente:

- i) As estimativas de receitas associadas à venda de bilhetes têm origem em dois serviços distintos:
 - a. A operação dos Serviços Rodoviários Alternativos, que ocorre pela venda direta pela MM e resulta do tarifário definido pela CP - Comboios de Portugal, cuja estimativa assenta em dados históricos. Deste modo não estão contempladas estimativas de crescimento anuais por não se enquadrarem neste cenário de operação;
 - b. A venda de bilhetes do SMM, com início de operação previsto apenas no segundo semestre de 2024, sendo que este calendário não permite evidenciar taxas de crescimento do volume de negócios que naturalmente ainda não é possível formular.

- ii) Tendo em consideração que a MM prossegue, no período em apreço neste Plano, a fase de investimento iniciada nos exercícios anteriores, sem que ocorram receitas significativas que possibilitem a tradicional análise dos gastos operacionais, a empresa dá continuidade à construção e análise do indicador alternativo de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG]⁷, conforme aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET, a 15 de outubro de 2019. De notar que em consequência dos desfasamentos temporais que se têm vindo a observar na execução das empreitadas já contratadas e a contratar (e que se antecipa que se manterão em 2023), até 2024 não se estima que possam ocorrer receitas operacionais associadas ao início da operação do SMM, razão que fundamenta (e obriga, nos termos do referido Despacho n.º 1250/19-SET) que o IOEGG se mantenha em vigor enquanto este cenário não se alterar.
- iii) O aumento da estrutura de pessoal que este plano considera é a que decorre do incremento da atividade da empresa e correspondente necessidade de preparação interna dos seus recursos para iniciar operação, conforme se desenvolve no ponto 4.3.
- iv) Os custos crescentes com fornecimentos e serviços externos [FSE] estão relacionados com o incremento de estrutura e da atividade, em sintonia com as orientações do Governo. A análise da sua evolução deve ser efetuada com referência ao IOEGG.
- v) A análise do resultado operacional deve ser contextualizada pelas especificidades invocadas, i.e., não obstante exibir resultados positivos e crescentes que são sustentados por operações previstas, estas são não recorrentes e não diretamente associadas à atividade normal da operação do SMM. Pelo exposto, considera-se fundamentada a não aplicabilidade à realidade da MM, no horizonte temporal deste Plano, das alíneas i) a v) do ponto 2 das IPGs2023⁸.
- vi) A respeito do ponto 3.4 das IPGs2023⁹ (Plano de Investimentos Anual e Plurianual) reforça-se que a MM é (ainda) uma empresa de projeto. Associada à condição da MM de empresa de projeto está a incumbência de implementar um sistema de mobilidade, com acolhimento dos pressupostos inscritos nos documentos previsionais, nomeadamente no cronograma institucional do SMM, que estabelece como data estimada para o início da operação o segundo trimestre de 2024. Em síntese e com estrito rigor, a MM tem em execução apenas um projeto, sendo, portanto, despendendo qualquer tentativa de discriminação das fontes de financiamento por múltiplos projetos. Deste modo, e no que concerne ao único projeto da MM, as respetivas fontes de financiamento serão identificadas, com destaque para o Quadro 11 – Origem e

⁷ Cf. ponto 4.5 – Análise dos Indicadores de Gestão, deste documento.

⁸ Cf. Despacho n.º 252/2022 – SET, páginas 1 e 2.

⁹ Cf. páginas 10 e 11, *op. cit.*

Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Financeira e Quadro 12 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Orçamental. Acrescenta-se que eventuais fontes de financiamento (assumidos como desejáveis pelas Tutelas Financeira e Técnica), associadas ao financiamento comunitário¹⁰ dos investimentos, estão sinalizadas tecnicamente apesar de, à presente data, não estarem efetivamente contratadas.

- vii) Não existem garantias concedidas. Quanto a contingências conhecidas importa assinalar o seguinte:
- a. Decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco uma ação de contencioso pré-contratual entreposta contra a MM no âmbito do “Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção” adjudicado pelo valor de € 43.227.673,98 euros (a que acresce o IVA à taxa legal em vigor), relativamente à qual foi já proferida decisão de primeira instância totalmente favorável à MM. Em caso de recurso e decaimento total da ação, cenário que se reputa muito pouco provável, a MM poderia ter que assumir o correspondente a uma indemnização pelas custas processuais da autora.
- viii) Os impactos económicos e financeiros, de uma forma geral, decorrentes da crise geopolítica internacional deverão limitar-se fundamentalmente a um impacto direto no preço estimado para o AOV (2ª viatura em processo de encomenda com data prevista de entrega para fevereiro de 2023). Admite-se que possa ainda ocorrer um impacto significativo nos custos de eletricidade, pese embora só tenha sido considerado o aumento que resulte diretamente do crescimento de atividade com mais colaboradores. Finalmente, no que se refere ao investimento, em curso, é explicitada a possibilidade de um impacto associado à revisão de preços da empreitada de construção dos edifícios A1 e A2.
- ix) A execução do PAO 2022 encontra-se resumida no Quadro 2

Quadro 2 – Grau de Execução do PAO 2022

	2019	2020	2021	2022	2022
	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Execução
Pessoal	433 723	514 966	617 133	781 931	702 311
Fornecimento e Serviços Externos	149 100	169 739	141 958	274 310	192 006
Soma [1]	582 823	684 705	759 091	1 056 241	894 317
<i>Variação percentual face ao ano anterior</i>					
Δ Pessoal		18,7%	19,8%	26,7%	13,8%
Δ Fornecimento e Serviços Externos		13,8%	-16,4%	93,2%	35,3%
Investimento (económica 07) [2]	965 151	1 900 676	2 485 286	6 268 288	3 121 879
IOEGG [1]/[2]	60,4%	36,0%	30,5%	16,9%	28,6%

¹⁰ Não está previsto financiamento por via do Plano de Recuperação e Resiliência. O recurso a financiamento comunitário decorre do montante inscrito (32 M €) na RCM n.º 36/2022, de 1 de abril.

Em termos globais, o nível de execução em 2022 cifrou-se em 49,8% do Orçamento para este ano. Importa referir que para este diferencial muito contribuíram, sobretudo, mas não exclusivamente, duas limitações verificadas em 2022. Em primeiro lugar destacam-se os atrasos verificados na publicação da RCM que autorizou os investimentos estruturais, o que ajuda a explicar, conseqüentemente, uma dilação muito expressiva na consignação da empreitada de construção do PMO (Empreitada Base) e na adjudicação do fornecimento do material circulante. Por outro lado, também contribuíram de forma relevante para os desvios em análise, os atrasos verificados na execução da empreitada da Baixa de Coimbra (conforme melhor se detalha no Relatório e Contas 2022).

3.3 Enquadramento no Programa de Governo

O PAO 2023-2025 da MM concorre positivamente para três dos quatro desafios do Programa do XXIII Governo Constitucional, nomeadamente i) combater as alterações climáticas, ii) responder ao desafio demográfico e iii) reduzir as desigualdades. Constituindo uma prioridade explicitamente assumida neste documento estratégico governamental, o conjunto de investimentos previstos no SMM responde a dois dos seus objetivos fundamentais: em primeiro lugar, reforçar a capacidade de resposta dos serviços públicos e, em segundo lugar, melhorar as infraestruturas que contribuem para o aumento da competitividade da economia portuguesa. Acrescem, no caso em apreço, os projetados contributos do SMM para a promoção da transferência modal do transporte individual [TI] para o TC e para a descarbonização da economia nacional, contributos determinantes para uma melhor estruturação do território e para o reforço da coesão social, assentes numa rede de transporte público de elevada qualidade, com uma oferta adequada e que permita uma acessibilidade alargada¹¹.

Com particular relevância para a estratégia corporizada nas opções seguidas no PAO 2023-2025 da MM, sublinham-se as orientações para a “*promoção do investimento centrado na melhoria da competitividade e da qualidade dos serviços públicos*”¹², bem como o compromisso do Governo em “*assegurar o investimento no sistema de mobilidade ligeira do Mondego (...) e no material circulante*”, objetivos e compromisso que a MM aceita e aos quais pretende dar estrito cumprimento.

¹¹ Cf. Programa do XXIII Governo Constitucional: “1.º DESAFIO ESTRATÉGICO: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - Enfrentar as alterações climáticas garantindo uma transição justa”, página 72.

¹² Cf. páginas 10 e 25, *op. cit.*

3.4 Enquadramento no Orçamento de Estado

O PAO 2023-2025 da MM prossegue o estabelecido e formalmente acordado nos Planos anteriormente aprovados, nomeadamente o correspondente ao triénio 2022-2024, conferindo-lhe a atualidade e os ajustamentos que decorrem das dinâmicas da empresa e do projeto do SMM.

O Orçamento de Estado 2023¹³ sublinha o potencial do Sistema de Mobilidade do Mondego, enquanto *“elemento de integração e de reordenamento territorial do espaço em três concelhos”*, destacando que *“o seu desenvolvimento basear-se-á numa aposta na intermodalidade e em sistemas tecnológicos integrados de bilhética, de informação ao passageiro e de tarifário”*. Deste modo, *“a solução de metrobus elétrico aproveitará o investimento em infraestruturas feito anteriormente e é constituída por troços urbanos e um troço suburbano, Serpins-Alto de S. João”*¹⁴. A implementação do SMM é considerada como um investimento público estruturante e, como tal, *“fundamental para o desenvolvimento económico, nomeadamente pela sua valência na melhoria dos serviços públicos, bem como pela sua capacidade de estímulo à atividade económica”*¹⁵. Os investimentos em curso no SMM são também destacados pelo seu *“contributo para objetivo fundamental de alcançar a neutralidade carbónica em 2050”*¹⁶.

De igual modo, o PAO 2023-2025 da MM atende ao estabelecido nas Grandes Opções para 2021-2025 (GO 2021-2025), apresentadas pelo XXII Governo Constitucional, com destaque para os compromissos no âmbito da mobilidade urbana sustentável, domínio em que *“será dada continuidade ao projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego, cuja conclusão das infraestruturas se prevê ocorrer até ao final de 2023. Refira-se que este será o primeiro sistema de Bus Rapid Transport (BRT) em Portugal, operado com autocarros 100% elétricos e com a implementação de um tarifário intermodal, o que permitirá a qualificação da rede de transporte público nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, a alteração da repartição modal na região e a redução dos impactos ambientais do setor”*¹⁷.

Por fim, o PAO 2023-2025 incorpora os ajustamentos considerados adequados, em sintonia com a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Retificado por Declaração de Retificação n.º 1-A/2023, de 3 de janeiro) – Lei do Orçamento de Estado para 2023.

¹³ Cf. Relatório do Orçamento do Estado para 2023, XXIII Governo Constitucional, página 327.

¹⁴ Cf. página 158, *op. cit.*.

¹⁵ Cf. página 39, *op. cit.*.

¹⁶ Cf. página 118, *op. cit.*.

¹⁷ Proposta de Lei das Grandes Opções 2021-2025 do XXII Governo Constitucional, PL 86/XIV/2, página 210.

4. Atividades e Recursos 2023 – 2025

4.1 Atividades a Desenvolver

No triénio 2023-2025, destacam-se as atividades relacionadas com a execução do investimento e preparação da empresa para iniciar a operação do SMM a partir de 2024.¹⁸ Naturalmente, as atividades previstas para 2023 continuam a incluir, com peso relevante, a atividade corrente, onde se destaca, pela sua importância e montantes envolvidos, a operação dos Serviços Rodoviários Alternativos.

No que concerne à evolução dos investimentos em infraestruturas para o SMM, de responsabilidade direta da MM, para 2023 assinala-se a projetada conclusão da empreitada dos Edifícios A1 e A2 e, conseqüentemente, a esperada abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, mas também a execução das empreitadas do PMO, da Bilhética e início da receção dos veículos referente ao fornecimento do Material Circulante.

4.1.1 Atividades correntes

Em 2023, a MM dará continuidade às atividades correntes. Em 2022 foram atualizados procedimentos internos nos domínios dos recursos para apoio às tecnologias de informação visando a disponibilização dos meios humanos e materiais indispensáveis para corresponder à fase de crescimento da empresa, iniciada em 2020, e que será continuada (e reforçada) no triénio 2023-2025. Assinala-se que a mudança de instalações da sede (realizada em setembro de 2020) continua a contribuir muito positivamente para um melhor desempenho global da empresa bem como para melhorias no bem-estar dos seus colaboradores.

Considerando a importância atribuída às pessoas na MM e à promoção do seu bem-estar, com o correspondente alinhamento organizacional e motivação individual, no período em apreço pretende-se dar continuidade às atividades relacionadas com a gestão dos recursos humanos da empresa. Neste âmbito incluem-se também as preocupações com o aumento das competências dos colaboradores, a promoção da igualdade de género, a ampla e sistemática divulgação dos princípios e valores do Código de Ética e Conduta MM e do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, em vigor na empresa.

¹⁸ De acordo com o cronograma estabelecido para o SMM (cf. Resolução do Conselho de Ministros 35/2021), está prevista a conclusão dos investimentos em infraestruturas em 2024. A calendarização corrigida prevê que o início da operação (parcial) ocorra no final do 2º trimestre de 2024, no troço Serpins – Portagem, e nos restantes troços até ao final desse ano.

4.1.2 Interfaces e integrações funcionais

Os espaços urbanos resultantes da construção das integrações funcionais das estações no âmbito das empreitadas do Alto São João - Miranda do Corvo e Miranda do Corvo - Serpins, e ainda das Interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, são de uso público, com manutenção assegurada pelas Câmaras Municipais de Miranda do Corvo e Lousã, conforme protocolos propostos pela Metro-Mondego e assinados entre estas Autarquias e a IP para a gestão e manutenção dos espaços de uso público.

Com a colaboração dos serviços técnicos da MM, estas autarquias têm contribuído para uma boa utilização desses espaços, assegurando eficazmente a sua gestão e manutenção. Nos troços de canal dentro do perímetro urbano dos concelhos da Lousã e Miranda do Corvo, têm também existido colaborações por parte destas autarquias na manutenção dos espaços, nomeadamente no que respeita à desmatação. Nos restantes troços integrados no Domínio Público Ferroviário, a manutenção tem vindo a ser assegurada pela IP, de acordo com os pedidos recebidos a que se juntam um grupo pontos críticos (pré)identificados.

Com a execução da empreitada do troço suburbano (Alto de S. João – Serpins), da responsabilidade da IP, as infraestruturas e interfaces respetivas estão a ser intervencionadas ou disponibilizadas, na sua maioria, para as atividades da empreitada, passando a gestão das mesmas a ser realizada nesse âmbito.

4.1.3 Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra

Em 2019 foi aprovada, pela Secretaria de Estado das Infraestruturas e pela Secretaria de Estado do Tesouro, a metodologia para a execução das obras de Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, ocorrendo em 2020 a publicação das Portarias n.º 141/2020 e 142/2020, as quais autorizam a MM a assumir os encargos plurianuais daí decorrentes. No último trimestre de 2020 foi consignada a “Empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra (Parcelas 22, 23, 25, 26, 27, e 33)” a par dos serviços de gestão, assessoria, fiscalização e coordenação de segurança. Estima-se a sua conclusão no final de 2023.

Em paralelo, durante o ano de 2021, foram iniciados procedimentos para a venda das parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa, estimando-se que este processo esteja concluído no final de 2023.

No âmbito da programação das atividades da MM, está ainda previsto que a venda das frações integrantes dos edifícios A1 e A2 ocorra no decurso dos exercícios de 2024 e 2025, assumindo que no final de 2023 estarão concluídas as obras dos edifícios, bem como da Linha do Hospital naquela área. Este último aspeto é antecipado como relevante na medida em que a disponibilização de um espaço urbano qualificado na envolvente aos edifícios constitui um importante elemento de valorização destes ativos.



No dia 11/05/2022 foi assinado, entre a MM e a CMC, o Protocolo de Colaboração Relativo ao Arranjo Urbanístico da Avenida Central. Com este protocolo será possível avançar com a demolição do corpo tardoz da denominada "Casa Aninhas", propriedade do município, e com a execução da praça no lado sul da Estação "Câmara", a qual se revela de grande importância não só para a qualificação daquele espaço, mas também para garantir uma acessibilidade adequada ao SMM e à zona da Baixa de Coimbra.

Tendo como objetivo a continuidade e conclusão dos trabalhos que irão permitir a abertura do Canal do SMM na Baixa da cidade de Coimbra, zona classificada como Património Mundial, e a execução da Linha do Hospital, de entre as atividades a desenvolver em 2023 destacam-se:

- i. A conclusão da empreitada dos edifícios A1 e A2, em harmonia com o planeamento para a execução da Linha do Hospital (da responsabilidade da IP), e com o estabelecido contratualmente no que concerne à disponibilização das frações que irão acolher três unidades comerciais preexistentes nestes espaços, i.e., a Padaria Palmeipan – Panificação e Pastelaria, S.A., a Farmácia Luciano e Matos e o Restaurante Nova Democrática;
- ii. Conclusão do processo de alienação das "parcelas sobrantes";
- iii. Arranque do processo de venda das frações dos edifícios A1 e A2;

- iv. Execução da demolição do corpo tardoz da "Casa Aninhas" e das adaptações a efetuar na parte remanescente do edifício, incluindo a construção de uma nova fachada poente.
- v. Conclusão do projeto da praça "Câmara" e sua execução.

4.1.4 Estudos, projetos, concursos e fornecimentos

Em 2023, a MM continuará com as tarefas necessárias para a concretização o projeto do SMM, na solução *Metrobus*, onde se inclui a colaboração com a IP nos aspetos relativos às infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado entre a MM e esta entidade.

No conjunto das tarefas atribuídas à MM, assume especial relevância, nesta fase, a gestão dos contratos de fornecimento e de empreitadas e o desenvolvimento de estudos e projetos, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Veículos e sistema de carregamento elétrico:
 - Gestão do contrato de fornecimento e manutenção de veículos elétricos e sistemas de carregamento de baterias;
 - Candidatura eventual a financiamento pelo Programa Portugal 2030 (PT 2030) do investimento em veículos elétricos e sistemas de carregamento de baterias;
 - Gestão da empreitada de construção de postos de transformação do sistema de carregamento de baterias e da execução pela E-REDES de ligações em média tensão para aqueles postos;
- Parque de Material e Oficinas (PMO):
 - Gestão das empreitadas de construção do PMO e do fornecimento de equipamentos oficinais;
 - Conclusão dos processos expropriativos de aquisição dos terrenos necessários à realização da empreitada do PMO, com a previsível emissão da Declaração de Utilidade Pública (DUP) no último trimestre de 2022;
- Bilhética e tarifário multimodal:
 - Gestão do contrato de fornecimento e manutenção do sistema de bilhética do SMM, a realizar em parceria com a CMC, conforme protocolo celebrado entre estas Entidades, assumindo a MM a totalidade dos encargos financeiros não financiados por fundos comunitários e o apoio técnico, com a fase de investimento a desenrolar-se maioritariamente em 2023, com a entrega de equipamentos, e conclusão da sua instalação prevista para 2024;
 - Continuação das atividades, promovidas em conjunto pela CIM RC, CMC, MM e CP - Comboios de Portugal, de preparação da criação de uma entidade para a gestão dos sistemas de bilhética e tarifário intermodais na região de Coimbra, designada por A-GIT;

- Empreitadas base (da responsabilidade da IP):
 - Colaboração com a IP no acompanhamento de projetos e das empreitadas de construção de infraestruturas base (Serpins-Alto S. João; Alto S. João-Portagem; Portagem-Coimbra B e Renovação da Estação; Linha do Hospital) e fornecimento dos abrigos e mobiliário urbano das paragens;
- Sistemas técnicos:
 - Colaboração com a IP na gestão do contrato de conceção, construção e manutenção dos Sistemas Técnicos do SMM, englobando o Posto de Comando Central [PCC], os Sistemas de Ajuda à Exploração [SAE], a sinalização/semaforização e os sistemas complementares de comunicações, de informação ao passageiro e de videovigilância, entre outros. Para o efeito foi constituído um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, compreendendo a IP e a MM, para a gestão e fiscalização do contrato;
 - Realização do concurso para a contratação do serviço de comunicações móveis (3G/4G/5G) a um operador de rede pública de telecomunicações, para suporte à operação do SMM;
- Conservação da infraestrutura e serviços complementares:
 - Consolidação do modelo de gestão para a conservação de infraestruturas;
 - Preparação e realização dos procedimentos de contratação de prestações de serviço diversas necessárias na fase de operação (desmatção e jardinagem; conservação de infraestruturas, estações e da via; limpeza; segurança e recolha de valores);
- Interfaces e integração urbana:
 - Consolidação dos projetos de articulação e otimização de interfaces entre o SMM e os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], nomeadamente (i) na ligação da Praça da República ao Polo I da Universidade, (ii) na ligação entre a Estação Hospitais da Universidade de Coimbra [HUC]/Consultas Externas e a Avenida Bissaya Barreto e (iii) na Praça 25 de Abril;
 - Contratação e realização de empreitadas para implementação dos planos de arborização e plantação de árvores em zonas envolventes ao canal do SMM;
- Edificado:
 - Elaboração do projeto de beneficiação do antigo Edifício de Passageiros (EP) de Ceira, em Sobral de Ceira, para apoio à atividade de operação do SMM;
- Operacionalização e licenciamento do SMM:
 - Consolidação do programa de exploração do SMM, incluindo a realização de análises complementares;
 - Consolidação do modelo de financiamento, organização e gestão da operação do SMM;

- Elaboração de conteúdos do Sistema Integrado de Segurança [SIS] e Manual de Exploração do SMM, tendo em vista a obtenção, junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT], das autorizações para a entrada em serviço do SMM e do licenciamento da MM para a atividade de prestação de serviços de transporte e de gestão e exploração da infraestrutura do SMM.

Em síntese, e em conformidade com as atividades acima identificadas, a realização de estudos e a contratação de assessorias implicará a assunção de encargos a repartir pelas seguintes rubricas:

- Gestão e Operação;
- Licenciamento do sistema e estudos de segurança;
- Veículos;
- PMO / Parque de Recolha;
- Bilhética e Tarifário;
- Sistemas de Ajuda à Exploração e Telemática;
- Sistemas de alimentação elétrica;
- Sinalética e mobiliário urbano (Estações);
- Paisagismo
- Consultoria jurídica especializada;
- Processos expropriativos (PMO);
- Projetos de reabilitação de edifícios;
- Estudos e projetos de infraestruturas rodoviárias.

Por último, explicitada a relevância destas atividades e ponderados os recursos necessários para as concretizar, importa salientar que o presente PAO 2023-2025 da MM obriga ao indeclinável reforço da equipa técnica em 2023, com as projetadas contratações consideradas indispensáveis para acomodar o acréscimo e a diversificação das atividades imputadas e a imputar ao Departamento Técnico, ao Gabinete Jurídico e a duas novas unidades orgânicas (Departamento de Operações e Gabinete de Qualidade, Ambiente e Segurança), a que se irão juntar as admissões previstas para funções de carácter predominantemente operacional (nomeadamente reguladores e motoristas).



Parque de Materiais e Oficinas – Sobral de Ceira

4.1.5 Serviços Rodoviários Alternativos

Em 2023 a MM dará continuidade à operação dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã.

Nos últimos anos, esta operação foi muito condicionada pelas medidas que decorreram das limitações associadas à evolução da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, com implicações ao nível dos encargos suportados pela MM. Ainda assim, em 2022, a operação dos Serviços Alternativos já registou um crescimento positivo face aos resultados de anos anteriores, superando os valores pré surto pandémico.

Importa assinalar uma alteração estrutural no quadro de funcionamento da operação dos Serviços Alternativos. Na sequência da aprovação das tutelas setorial e financeira, a MM passou a assegurar as responsabilidades inerentes à preparação e gestão do contrato para a prestação dos Serviços Alternativos atualmente em vigor e que terminará a 17 de outubro de 2023. Desta forma, para além de ter preparado e lançado o procedimento de contratação pública, a MM passou a ser a gestora do contrato em todas as suas valências (operação, manutenção e limpeza da infraestrutura de apoio (abrigo) e apoio ao cliente) com exceção do sistema de vendas dos títulos de transporte, que continua a ser assegurado em colaboração com a CP - Comboios de Portugal através dos seus equipamentos e postos de venda (ao abrigo da celebração de um Protocolo para esse efeito). Acrescenta-se que este novo contrato registou outras diferenças relevantes, em particular porque i) apresentou alterações nos horários, contribuindo-se para uma maior cadência, aproximando-os da lógica do SMM e ii) durante a sua vigência espera-se que ocorra uma alteração tarifária (com a entrada em vigor do tarifário intermodal), o que inclui a necessidade de um sistema de bilhética próprio.

Em 2023 terá de ser analisado e decidido o prolongamento dos Serviços Alternativos para lá de 17 de outubro e até à entrada em funcionamento da primeira fase do SMM, prevista para o troço entre a Portagem (no concelho de Coimbra) e Serpins (no concelho da Lousã), calendarizada para o final do segundo trimestre de 2024. Deverá ainda ser incluído neste procedimento, a contratação dos serviços rodoviários alternativos à ligação ferroviária entre as estações de Coimbra Cidade e Coimbra-B, que será desativada com o decorrer da empreitada correspondente.

Por último, refira-se que o planeamento dos Serviços Alternativos continuará a considerar o efeito da aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], estimando-se uma receita com origem na CIM RC como compensação da redução das receitas de bilheteira em resultado da aplicação de uma redução de 30% no valor dos passes.

4.1.6 Comunicação e Marketing

Com o decorrer das obras do SMM, a MM entrou numa fase em que a estratégia de Comunicação e Marketing, e a sua implementação, têm um papel com importância crescente. Este contexto deverá ser reforçado em 2023, quando estiverem em execução todas as empreitadas do SMM.

Para este desiderato, a MM tem em vigor o Plano de Comunicação elaborado pelo Departamento de Comunicação e Marketing que consubstancia ações e medidas de promoção e divulgação do SMM, prosseguindo quatro objetivos nucleares:

- Credibilizar e promover o SMM, valorizando o projeto e as suas intervenções, minimizando a resistência à mudança;
- Gerir o impacto das obras do SMM em meio urbano, com partilha de informação com transparência e rapidez, dando em simultâneo um sinal de esperança e promovendo um desígnio;
- Projetar e sustentar a imagem institucional da MM, reforçando a sua credibilidade junto da opinião pública, em particular dos 3 concelhos envolvidos;
- Promover o transporte público e a mobilidade sustentável, em articulação com os parceiros locais.

Em termos de programação, em 2023 estão previstas as seguintes ações, que se enquadram nos objetivos de curto e médio prazo (fase de execução obras):

- Divulgar e acompanhar as obras do SMM, antecipando conflitos e perturbações com maior impacto no dia-a-dia das populações, em especial nos centros urbanos;
- Interagir com a população, no sentido de esclarecer as dúvidas e gerir as reclamações decorrentes da obra, em estreita articulação com a IP;
- Reuniões e visitas para esclarecimentos à população e aos meios de comunicação;
- Registos de imagem (fotografia e vídeo) do desenvolvimento dos trabalhos;
- Desenvolvimento de conteúdos multimédia, nomeadamente sobre o impacto do SMM ao nível da integração urbana;
- Credibilizar a MM e o SMM, nomeadamente através do reforço das relações institucionais e com os média;
- Criação de conteúdos para as Redes Sociais e website da MM, para cumprimento de forma eficaz e moderna dos seus atuais objetivos (divulgação e promoção do SMM, apoio aos clientes dos Serviços Alternativos, informação institucional);
- Organização e participação em eventos;
- Produção de suportes de informação ao público nas paragens e de bolso, para apoio aos clientes dos Serviços Alternativos;
- Realização de inquéritos de opinião;

- Promover campanhas de divulgação, informação e esclarecimento sobre o SMM e suas características (veículos, tarifário, segurança, interoperabilidade, frequências), adequadas às circunstâncias ou contextos em que se inscrevem, desenvolvendo os suportes e as iniciativas para o efeito.

É relevante destacar que o projeto do SMM engloba várias dimensões, sendo que a componente da construção da infraestrutura é essencialmente da responsabilidade da IP. Neste sentido, algumas atividades do Plano de Comunicação serão desenvolvidas em articulação com a IP. Refira-se ainda que a implementação destas ações deverá ser feita em conformidade com o desenvolvimento do projeto, nomeadamente tendo em conta os seus ritmos, de modo a garantir a pertinência e oportunidade das ações previstas.



4.2 Investimentos a realizar

O Quadro 3 apresenta a rubrica Investimento realizado e as estimativas de investimento para os exercícios de 2022 a 2025. Estas últimas encontram-se descritas com maior detalhe no Anexo D, no qual se referem os pressupostos para o cálculo dos montantes aqui apresentados.

Quadro 3 - Evolução do Investimento

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento relacionado com funcionamento	10 568	84 703	18 805	71 005	555 000	618 500	50 000
Comunicação e Marketing	0	2 800	9 239	10 500	20 000	15 000	10 000
Implementação da 1ª fase	724 561	1 077 560	1 251 206	1 588 114	1 642 160	2 192 160	225 000
Libertação da Baixa de Coimbra		513 596	758 157	890 703,49	3 037 593	132 447	79 437
Empreitada de Construção PMO		0	271 652	169 317,38	5 799 658	5 129 982	0
Bilhética			0	0,00	1 332 237	28 650	0
Material Circulante			0	296 719,15	3 732 326	28 278 404	3 730 000
Estudos, Assessorias e Outros Investimentos		222 018	176 226	95 519	698 060	279 190	0
Total	735 129	1 900 676	2 485 286	3 121 879	16 817 034	36 674 333	4 094 437

O Quadro 3 identifica as principais componentes do investimento¹⁹ relevantes para a concretização do SMM. No que respeita à implementação da 1ª fase (que integra os investimentos associados ao troço suburbano), destaca-se a relevância que assumem os custos de operação dos serviços rodoviários alternativos.

De acordo com estes elementos, é possível perceber que, de entre os investimentos mais relevantes nos próximos três anos, se destacam (por ordem de relevância dos montantes envolvidos) a aquisição do Material Circulante, as atividades associadas à construção do PMO (2 empreitadas), a aquisição do sistema de bilhética, a abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra com a empreitada de desconstrução e construção dos edifícios A1 e A2 (Edifício Ponte) e as assessorias e os estudos complementares.

¹⁹ Do plano de investimento plurianual previsto, resultaram:

- Portaria de Extensão de Encargos n.º 141/2020, de 14 de fevereiro para a empreitada de "desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra" pelo valor de 3.350.000 € (acresce IVA) e duração até 2022. Foi, entretanto, realizada a reprogramação através da Portaria n.º 760/2022, de 11 de novembro, contemplando o valor de 4.276.840,71 € (acresce IVA) e execução até 2023;
- Portaria de Extensão de Encargos n.º 142/2020, de 14 de fevereiro para a fiscalização da execução da empreitada de "desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra" pelo valor de 167.999 € (acresce IVA) e duração até 2022. Foi, entretanto, realizada a reprogramação através da Portaria n.º 759/2022, de 11 de novembro pelo valor de 166.940 € (acresce IVA) e execução até 2023;
- Portaria de Extensão de Encargos n.º 250/2021, de 29 de junho para a "manutenção do contrato de conceção, fornecimento, instalação e manutenção dos sistemas técnicos do Sistema de Mobilidade do Mondego" pelo valor de 3.293.055 € (acresce IVA) e duração até 2028;
- Portaria de Extensão de Encargos n.º 290-A/2021, de 20 de julho para a prestação dos serviços alternativos pelo valor de 2.711.240 € (acresce IVA) e duração até 2023;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2022, de 1 de abril, relativa à operacionalização do Sistema de Mobilidade do Mondego pelo valor de 68.078.000 € (acresce IVA), correspondente à aquisição e manutenção do material circulante e construção do Parque de Material e Oficinas/Estação de Recolha (PMO) e duração até 2039. Encontra-se em fase de reprogramação financeira e temporal. Encontra-se para análise a reprogramação da RCM que contempla um valor de investimento de 47.967.000 € (acresce IVA), até 2025 [PMO – 11.508.000 €; Veículos – 36.459.000 €] e valor de manutenção de 13.543.000 € (acresce IVA), até 2039;
- Encontra-se em fase de programação financeira e temporal um diploma que formalize a autorização relativa ao investimento e manutenção dos sistemas de bilhética estimado em 2.849.017 € e duração até 2028.

4.3 Evolução dos Recursos Humanos

O sucessivo aumento das responsabilidades a cargo da MM obriga ao correspondente reforço na dotação em recursos humanos da empresa, bem como, nas situações devidamente enquadradas no presente documento, a existência pontual de contratação de serviços especializados.

Para 2023 mantém-se a necessidade do reforço da equipa da MM, em linha com planos anteriores, seguindo a evolução plurianual da estrutura de Recursos Humanos da MM até 2025, conforme se pode reproduz no Quadro 4.



Quadro 4 - Quadro de Pessoal

	2010 (1)	2019 (1)	2020	2021	2022	2023 (2)	2024	2025	Varição 2019-2025	Total
Conselho de Administração	7	3				0	0	0	3	3
Gabinete de Apoio à Administração	1	1				0	0	0	1	1
Gabinete TI						0	1	0	1	1
Gabinete Jurídico			1			1	0	0	2	2
Gabinete QAS						1	1	0	2	2
Direção Administrativa e Financeira	3	1	1		1	0	1	0	4	4
Direção de Recursos Humanos				1		1	0	0	2	2
Direção Técnica	6	4		2		2	0	0	8	8
Direção de Operações						6	101	0	107	107
Direção de Comunicação e marketing	3	2		1		1	4	0	8	8
Varição		-9	2	4	1	12	108	0	118	118
Total Quadro Pessoal	20	11	2	4	1	12	108	0	138	138

¹ Diferente dos restantes (que apresentam variações no ano) os anos de 2010 e de 2019 apresentam o total de recursos existentes

² Um recurso encontra-se em licença sem vencimento.

Em 2023, com o aproximar da data projetada para o início da operação da MM, prevê-se a admissão de 12 colaboradores, dos quais 6 irão integrar a operação. No ano 2024, para qual já se projeta que o SMM se encontre (ainda que apenas a partir do final do segundo trimestre) em operação, prevê-se a contratação de 108 colaboradores, a integrar fundamentalmente na área de operações, para que esta possa funcionar de acordo com o previsto.

O Quadro 5 esquematiza a evolução dos Recursos Humanos desagregados por categoria, em 2023²⁰.

²⁰ A versão inicial do PAO 2023-2025 previa a admissão de 21 colaboradores. Resultante da atualização da programação da abertura do SMM, foi revista a necessidade de admissões para o exercício de 2023. Deste modo, o Anexo E – Mapa de Pessoal aprovado pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, considerava uma perspetiva mais ambiciosa do que o que a atual reflete.

Quadro 5 - Evolução dos Recursos Humanos em 2023

Grupo Profissional	Situação a 31.12.2021	Situação a 31.12.2022	Movimentos de Pessoal - 2023					Situação a 31.12.2023
		[1]	Saídas esperadas (reformas outros) [2]	Ausentes por mobilidade, cedência, licença	Autorizações de recrut. concedidas [3]	Subst. de saídas [4]	Entradas ao abrigo de normativo legal [5]	Recrutamento solicitado [6]
Conselho de Administração	3	3	0	0	0	0	0	3
Dirigente intermédio 1º Grau	2	2	0	0	1	0	0	3
Dirigente intermédio 2º Grau	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnicos Superiores	12	13	0	1	3	0	0	20
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0
Regulador	0	0	0	0	0	0	0	2
Motoristas	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	17	18	0	1	4	0	0	30

No que se refere ao momento das admissões ao longo do ano²¹ a distribuição prevista é a seguinte: 3 colaboradores no 1º trimestre; 2 colaboradores no 2º trimestre; e 7 colaboradores no 4º trimestre.

De modo transversal aos recursos humanos da MM, existentes e projetados, estão ponderadas nos encargos associados, as responsabilidades da empresa com a formação dos seus colaboradores e demais garantias de igualdade de oportunidades, a concretizar em áreas com valor acrescentado para a empresa. Refira-se também que, dando pleno cumprimento ao disposto no n.º 1, do artigo 7º, da Lei 62/2017, de 1 de agosto, a MM possui o seu Plano de Igualdade atualizado, tendo sido objeto de divulgação interna e externa, incluindo a sua disponibilização no sítio na Internet da empresa.

Apresenta-se, no Quadro 6, uma síntese dos encargos da MM com recursos humanos e equiparados, nos quais se agregam os custos remuneratórios, nomeadamente remunerações, despesas de representação, e outros encargos do pessoal, tais como os custos relacionados com seguro de saúde, seguro de acidentes de trabalho e formação.

²¹ As admissões previstas encontram-se condicionadas pela expressa autorização através do ato de aprovação do PAO. Exceção fazem-se as 5 vagas autorizadas por Sua. Ex.ª o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 225/2022-SET, de 24 de fevereiro. Desta vagas, apenas 1 foi preenchida em 2022 e as restantes 4 serão preenchidas em 2023 na sequência dos processos de recrutamento iniciados ainda em 2022 mas ainda não concluídos.

Quadro 6 - Custos com Pessoal

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var 2023/2019		Var 2023/2022	
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)	433 723	514 966	617 133	702 311	1 298 156	3 921 935	4 974 684	864 433	199,3%	595 845	84,8%
(a) Gastos com órgãos sociais	145 324	199 634	200 823	205 020	215 838	216 026	216 188	70 514	48,5%	10 818	5,3%
(b) Gastos com cargos de direção	105 108	106 158	101 998	109 688	241 217	327 127	341 664	136 109	129,5%	131 424	119,9%
(c) Remuneração do pessoal	176 120	191 613	297 793	372 430	796 814	3 221 392	4 244 714	620 694	352,4%	384 414	113,9%
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	170 706	185 991	288 495	358 936	773 360	3 091 729	4 057 406	602 654	353,0%	424	115,5%
(ii) outros subsídios ...impacto reduções remuneratórias	5 414	5 622	9 299	13 494	23 453	129 664	187 308	18 039	333,2%	9 959	73,8%
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
(e) Restantes encargos	7 171	17 562	16 519	15 173	44 287	157 390	172 119	37 116	517,6%	29 114	191,9%
(f) Rescisões /indenizações	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
Nº total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	11	13	17	18	30	138	138	19	172,7%	12	66,7%
Nº Órgãos Sociais	3	3	3	3	3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Nº Cargos Direção s/ OS	2	2	2	2	4	4	4	2	100,0%	2	100,0%
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	6	8	12	13	23	131	131	17	283,3%	10	76,9%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal ⁽¹⁾	59,7%	55,4%	34,3%	44,5%	30,3%	10,2%	8,0%				
Incremento anual		2	4	1	12	108	0				

¹ Um trabalhador em licença sem vencimento

Declara-se a inexistência de benefícios pós-emprego.

Conforme se pode constatar pela leitura do Quadro 6, de acordo com o planeamento em curso, prevê-se que a admissão do pessoal ligado à operação ocorra maioritariamente em 2024, apesar de se dar início às admissões em 2023 para permitir preparar e formar estes quadros. Para uma mais clara interpretação da evolução do Quadro de Pessoal da MM e respetivos encargos associados, autonomizam-se os custos marginais decorrentes das admissões, reportados ao ano em que se espera que ocorram. Salienta-se que nestes cálculos se evidencia o custo esperado que as admissões representam para um exercício completo (não obstante, num cenário em que estas admissões ocorram algures a meio de um dado ano, se antecipar que o valor aqui inscrito não coincidirá com o custo total nesse mesmo ano)²².

Quadro 7 - Evolução marginal dos encargos anuais com as novas admissões

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Orç.to	Orç.to	Orç.to
Gastos totais com contratações	0	8 917	43 754	5 163	434 222	2 386 081	0
(b) Gastos com cargos de direção	0	0	0	0	87 572	0	0
(c) Remuneração do pessoal	0	6 808	36 553	4 886	256 247	1 555 923	0
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	0	6 608	35 014	4 734	247 328	1 456 287	0
(ii) outros subsídios	0	200	1 538	153	8 919	99 636	0
(e) Restantes encargos	0	2 110	7 202	276	90 403	830 157	0
Nº Cargos Direção sem OS	0	0	0	0	2	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	0	2	4	1	10	108	0

²² Para uma leitura das estimativas do custo esperado no ano da admissão, no cenário de este não representar o custo para o ano completo, poderá ser consultado no Anexo H, nomeadamente o Quadro H1.

Os gastos que se prevê virem a ser gerados pela Administração e Órgãos Sociais são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 - Encargos com a Administração e Órgãos Sociais

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Remunerações	144 983	203 705	200 823	205 020	215 838	216 026	216 188
Combustíveis	2 019	4 224	4 509	5 915	10 983	10 983	10 983
Despesas em Representação	81	763	1 603	1 777	3 000	3 000	3 000
Comunicações	296	1 495	1 518	1 241	1 920	1 920	1 920
Deslocações e Estadas	1 812	4 474	3 759	5 466	10 400	9 550	8 700
Aluguer Operacional	2 373	5 450	6 984	13 517	18 593	22 263	22 263
Outros	0	234	304	0	150	150	150
Total	151 564	220 346	219 500	232 936	260 884	263 893	263 204

O acréscimo de gastos está diretamente relacionado com as condições remuneratórias fixadas e demais regalias ou benefícios atribuídos, tendo em conta a composição do Conselho de Administração bem como as despesas no exercício de funções. O aluguer operacional previsto resulta da substituição de 2 viaturas com mais de 10 anos. No entanto, até à presente data só foi possível concretizar o aluguer operacional de uma viatura (AOV) devido às elevadas dificuldades em concretizar o segundo AOV. A segunda viatura, depois de ultrapassados alguns obstáculos, encontra-se encomenda desde setembro e tem atualmente data prevista de entrega para abril de 2023.

No que respeita aos gastos com os Recursos Humanos da MM e equiparados, a evolução no Quadro de Pessoal está diretamente associada ao aumento com remunerações e gastos associados, como a formação, comunicações, deslocações e estadas, tal como se detalha no Quadro 9. De notar que a informação aqui apresentada tem em conta o plano de admissões já referido anteriormente com o correspondente incremento dos custos com remunerações em 2023, 2024 e 2025.

Quadro 9 - Encargos com Recursos Humanos e Equiparados

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Remunerações	288 740	309 016	414 939	493 942	1 064 318	3 687 909	4 740 497
Formação	0	2 244	1 371	3 349	18 000	18 000	18 000
Combustíveis	1 796	832	731	1 307	4 200	4 200	4 200
Despesas Representação	233	0	45	320	1 800	1 800	1 800
Comunicações	816	822	915	3 663	7 440	8 160	8 160
Deslocações e Estadas	1 117	1 472	137	552	9 645	8 795	7 945
Assessoria Jurídica	20 640	18 920	0	0	0	0	0
Assessoria Contabilidade	23 300	21 876	0	0	0	0	0
Outros	0	32	2	6	60	60	60
Total	336 641	355 214	418 140	503 138	1 105 463	3 728 924	4 780 662

4.4 Evolução dos Recursos Financeiros

A evolução das responsabilidades e compromissos projetados para o triênio 2023-2025, em coerência com o cronograma ajustado para a implementação do SMM, mantém os objetivos enunciados no planejamento proposto pela MM e aprovado no âmbito do PAO para 2022²³. Em conformidade, também a evolução considerada para as fontes de financiamento segue uma linha de continuidade, conforme se apresenta nos Quadros infra, relativos às óticas da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Orçamental²⁴, respetivamente, tendo procedido em sintonia com a Lei de Orçamento de Estado para 2023²⁵.

Quadro 10 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Financeira

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	99 755	135 917	135 000	135 000	0
Receitas Tarifárias	157 120	678 626	650 000	2 519 683	6 543 892
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	199 300	349 300	961 400	2 245 137	1 288 750
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	14 300 300	4 353 580
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	1 200 000	3 200 000
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	23 906 314	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	0	0
Outros		2 609			
Total	5 170 824	6 481 100	18 603 173	44 306 434	15 386 222

Quadro 11 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Orçamental

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	383 296	287 456	1 446 353	7 568 485	1 864 458
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	99 755	166 595	143 100	143 100	0
Receitas Tarifárias	157 120	713 161	689 000	2 672 564	6 942 476
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	199 300	493 300	961 400	2 245 137	1 288 750
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	14 300 300	4 353 580
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	1 200 000	3 200 000
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	23 906 314	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	0	0
Total	5 554 119	6 975 161	20 096 627	52 035 899	17 649 263

De notar que em 2024, com o projetado arranque da operação do SMM, projeta-se o início de uma nova fase da MM, em que passa a ter peso, como fonte de financiamento, a receita resultante da venda de títulos de transporte (Receitas Tarifárias).

²³ Aprovado através do Despacho n.º 225/2022-SET, de 24 de fevereiro de 2022, pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

²⁴ Reforça-se a existência de diferenças entre a realidade financeira e a realidade orçamental, em particular em Entidades Públicas Reclassificadas no Regime Simplificado, resultando em ligeiras divergências (não coincidências) de valores entre Pessoal e FSE's quando se trata da perspetiva que se observa.

²⁵ Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Retificado por Declaração de Retificação n.º 1-A/2023, de 3 de janeiro).

A MM não tem endividamento bancário desde 2014. Para o horizonte do triênio 2023-2025 prossegue-se com esta prática, i.e., não estão previstos quaisquer passivos financeiros bancários.

Os quadros seguintes resumem as origens e as aplicações de fundos orçamentados para o triênio 2023-2025, na ótica da contabilidade financeira e na ótica da contabilidade orçamental, respetivamente.

Salientamos duas novas fontes de financiamento:

- em 2023 e 2024, o cofinanciamento comunitário previsto ocorrer face ao investimento no PMO e no Material Circulante;
- a partir de 2024 a compensação por obrigações de serviço público, na sequência da entrada em serviço do SMM, parcialmente em 2024 e na sua totalidade em 2025.

Quadro 12 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Financeira

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	99 755	135 917	135 000	135 000	0
Receitas Tarifárias	157 120	678 626	650 000	2 519 683	6 543 892
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	199 300	349 300	961 400	2 245 137	1 288 750
Subvenção Orçamento de Estado Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	4 714 648	5 314 648	3 514 648	14 300 300	4 353 580
	0	0	0	1 200 000	3 200 000
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	23 906 314	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	0	0
Outros		2 609			
Total	5 170 824	6 481 100	18 603 173	44 306 434	15 386 222

Aplicação de Fundos	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Estrutura					
Fornecimento Serviços Externos	142 283	192 006	412 683	3 500 439	6 042 894
Pessoal	617 133	702 311	1 298 156	3 921 935	4 974 684
Investimento relacionado com funcionamento	18 805	71 005	555 000	618 500	50 000
Investimento					
Comunicação e Marketing	9 239	10 500	20 000	15 000	10 000
Serviços Alternativos	1 251 206	1 588 114	1 642 160	2 192 160	225 000
Baixa de Coimbra	758 157	890 703	3 037 593	132 447	79 437
Parque de Materiais e Oficinas	271 652	169 317	5 799 658	5 129 982	0
Bilhética	0	0	1 332 237	28 650	0
Material Circulante	0	296 719	3 732 326	28 278 404	3 730 000
Estudos e Assessorias	176 226	95 519	698 060	279 190	0
IRC (s/ Venda Parcelas)	0	5 784	75 300	209 727	274 206
Total	3 244 702	4 021 980	18 603 173	44 306 434	15 386 222

Quadro 13 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Orçamental

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	383 296	287 456	1 446 353	7 568 485	1 864 458
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	99 755	166 595	143 100	143 100	0
Receitas Tarifárias	157 120	713 161	689 000	2 672 564	6 942 476
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	199 300	493 300	961 400	2 245 137	1 288 750
Subvenção Orçamento de Estado Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	4 714 648	5 314 648	3 514 648	14 300 300	4 353 580
Fundos Comunitários	0	0	0	1 200 000	3 200 000
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	23 906 314	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	0	0
Total	5 554 119	6 975 161	20 096 627	52 035 899	17 649 263

Aplicação de Fundos	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Estrutura					
Fornecimentos e Serviços Externos	171 913	222 137	500 000	4 303 076	7 419 471
Pessoal	614 513	720 569	1 293 017	3 913 745	4 967 179
Investimento					
Investimento relacionado com funcionamento	23 064	93 464	642 400	744 655	54 600
Serviços Alternativos	9 741	8 327	24 600	18 450	12 300
Comunicação e Marketing	1 450 597	1 713 614	1 771 657	2 356 357	239 350
Libertação da Baixa	778 540	896 138	3 090 546	159 460	94 258
Empreitada de construção PMO	334 067	379 870	5 917 081	5 173 869	0
Bilhética	0	0	1 334 307	30 720	0
Material Circulante	0	364 965	4 590 761	34 782 437	4 587 900
Estudos e Assessorias	188 073	117 488	856 958	343 404	0
		0	0	0	0
Impostos s/ Parcelas Vendidas	0	5 784	75 300	209 727	274 206
Total	3 570 508	4 522 356	20 096 627	52 035 899	17 649 264

Apresenta-se em seguida, no Quadro 14, a repartição dos gastos na lógica analítica interna.

Quadro 14 - Gastos por Centros de Custos²⁶

	2019	2020	2021	2022	2022	2023	2024	2025
	Exec.	Exec.	Exec.	Orçam.	Exec.	Orçam.	Orçam.	Orçam.
Gestão e Órgãos Sociais	151 564	220 346	219 500	241 870	232 936	260 884	263 893	263 204
Recursos Humanos e Equiparados	336 641	352 970	416 769	578 793	499 789	1 087 463	3 710 924	4 762 662
Funcionamento	94 201	108 761	118 734	161 610	112 298	254 492	3 339 557	5 883 713
Formação	0	2 244	1 371	10 000	3 349	18 000	18 000	18 000
Marketing	416	384	2 717	63 968	45 945	90 000	90 000	90 000
Total	582 823	684 705	759 091	1 056 241	894 317	1 710 840	7 422 374	11 017 579

²⁶ Não incorpora custos de investimento nem amortizações.

No Quadro 14 os gastos são apresentados na lógica analítica interna agrupados pela sua natureza. A leitura desta informação deve ter em conta que:

- i. os gastos da gestão e órgãos sociais referem-se ao grupo que integra os Administradores (executivos e não executivo) e o funcionamento da Assembleia Geral (senhas de presença) e demais custos remuneratórios e gastos gerados nas suas deslocações e estadas, representações, comunicações, combustíveis e utilização de viaturas. Na medida em que se admite estabilidade remuneratória, a variação ao longo dos anos explica-se apenas pela necessidade de ajustar o incremento de atividade a um maior volume de custos de deslocação e representação;
- ii. os gastos em Recursos humanos e Equiparados, agregam os gastos do Pessoal (exclui Gestão e órgãos sociais), nomeadamente os custos remuneratórios e os custos de funcionamento que lhes possam estar diretamente associados (e.g., comunicações, deslocações e estadas e combustíveis). O crescimento continuado destes gastos em 2023, 2024 e 2025 assenta fundamentalmente no crescimento da estrutura de pessoal, em particular a estrutura de operação e respetivos custos remuneratórios e custos de funcionamento (comunicações, deslocações e estadas e combustíveis);
- iii. os encargos agregados sob a designação funcionamento representam todos os custos de estrutura da empresa que não estão alocados a um departamento ou colaborador específico sendo, portanto, transversais, tais como a renda do edifício sede, telecomunicações gerais, atualização de software, limpeza, manutenção do edifício sede ou de viaturas de utilização geral, material de escritório, entre outros;
- iv. a formação deve ser analisada de forma distinta, admitindo-se que possa abranger um qualquer recurso da empresa.
- v. no que concerne à rubrica *Marketing*, destaca-se que esta deve ser aqui interpretada com ações de comunicação e marketing/publicidade consideradas custo do exercício (fornecimentos e serviços externos).

Importa ainda referir que gastos considerados no âmbito da Gestão e Órgãos Sociais decorrem também do estatuto remuneratório aprovado em Assembleia geral de 24 de julho de 2019. Na MM não existem benefícios pós-emprego. As despesas de funcionamento registam um aumento no triénio, o que deve ser compreendido pela maior dimensão da estrutura.

O Orçamento de Exploração é apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 - Orçamento de Exploração

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Pessoal	433 723	514 966	617 133	702 311	1 298 156	3 921 935	4 974 684
Fornecimento e Serviços Externos	149 100	169 739	141 958	192 006	412 683	3 500 439	6 042 894
Investimento relacionado com funcionamento	10 568	84 703	18 805	71 005	555 000	618 500	50 000
Total	593 390	769 408	777 896	965 323	2 265 840	8 040 874	11 067 579

Para o triénio de 2023-2025, no que se refere à rubrica Investimento relacionado com funcionamento, está contemplada a despesa associada à disponibilização dos postos de trabalho (hardware/software e mobiliário) decorrentes das novas admissões e a atualização faseada de equipamentos (hardware/software) existentes (cujos valores se estimam em 65 000 € para 2023, 53 500 € para 2024 e 40 000 € para 2025).

Para 2023 está ainda prevista a reabilitação do edifício de Ceira (75 000 € para 2023, 1 65 000 € para 2024), aquisição de software específico do departamento técnico para controlo e manutenção das infraestruturas de longa duração e Software de *Business Intelligence* (415 000 € em 2023, 250 000 € em 2024 e 10 000 € em 2025) e em 2024 a aquisição de viaturas operacionais para o apoio à operação do SMM (3 viaturas) com um custo global estimado de 90 000 €.

Para o edifício administrativo do PMO, está previsto investimento em 60.000 € para mobiliário e equipamentos, em 2024.

A leitura dos valores inscritos no Orçamento de Exploração permite confirmar a relevância do projetado reforço da estrutura de pessoal que, por sua vez, tem implicações diretas na rubrica de FSE's. Assim, embora em 2022 se assinala um crescimento moderado, muito semelhante ao que verificado em 2021, é de modo particular a partir de 2023, com os preparativos relacionados com a entrada ao serviço do SMM (em 2024), que as variações têm que ser de maior amplitude. Por outro lado, este crescimento estrutural está também devidamente articulado com o investimento em curso, de modo a que a capacidade produtiva instalada possa dar resposta às novas atividades que, até muito recentemente, não existiam, bem como às atividades associadas à operação de transporte que não estavam previstas.

Quadro 16 - Evolução dos Custos com Pessoal, FSE e Volume de Negócios

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var 2023/2019		Var 2023/2022	
	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Orçam.	Orçam.	Orçam.	valor	%	valor	%
CMVMC	-	-	-	-	-	-	-				
FSE	204 401	169 739	141 958	192 006	412 683	3 500 439	6 042 894	208 282	101,9%	220 677	114,9%
Deslocações e estadas	2 929	5 941	3 896	6 017	20 045	18 345	16 645	17 116	584,4%	14 028	233,1%
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
Comunicações	3 190	5 119	4 421	6 890	13 260	14 720	14 720	10 070	315,6%	6 370	92,5%
Pessoal	433 723	514 966	617 133	702 311	1 298 156	3 921 935	4 974 684	864 434	199,3%	595 846	84,8%
Gastos Operacionais	638 124	684 705	759 091	894 317	1 710 840	7 422 374	11 017 579	1 072 716	168,1%	816 523	91,3%
Volume de Negócios	-	-	-	-	0	5 314 820	11 032 642	-	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	1 200 000	3 200 000	-	-	-	-

A evolução crescente das despesas de funcionamento (cf. Quadro 17) justifica-se pelo incremento de atividade e da estrutura de pessoal.

Identifica-se o particular crescimento com os custos com tecnologias de informação, diretamente ligadas às licenças imprescindíveis do software existente (Primavera, Faturação

Elétrica, Filedoc, Autocad, Vmware, Rapid Recovery, Backup, Firewall, Office 365) assim como, o incremento no número de licenças decorrente do crescimento da estrutura e de outras necessidades de licenciamento adicionais associadas a novas funções desempenhadas pela empresa (e.g., software de manutenção, de otimização da produção de transporte, de escalamento de pessoal, de escalamento de veículos, etc.).

Quadro 17 - Despesas de Funcionamento

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Eletricidade	5 569	5 159	4 161	7 655	9 900	12 000	14 400
Água	378	600	308	542	900	1 200	1 440
Ferramentas Utens. desgaste rápido	258	66	159	1 390	1 800	1 800	1 800
Livros e doc. técnica	243	0	133	21	1 200	1 800	1 800
Material de escritório	1 995	1 071	2 086	586	1 850	3 300	3 300
Rendas e alugueres	37 088	39 399	40 741	40 973	42 562	45 601	46 430
Comunicações	2 079	3 108	1 988	1 987	3 900	4 640	4 640
Seguros	2 849	2 348	2 114	1 839	2 250	4 200	4 200
Conservação e reparação	2 232	5 128	5 411	2 462	12 300	11 400	11 400
Limpeza	2 121	4 839	5 440	5 889	7 200	7 800	7 800
Contencioso e notariado	630	2 075	915	766	4 800	3 000	3 000
Vigilância e segurança	1 121	1 097	1 286	948	1 250	1 750	1 750
Auditoria	10 726	11 743	11 743	11 743	12 342	18 000	18 000
Informática	13 800	13 800	14 600	14 780	14 760	38 250	42 000
Jardinagem	290	320	0	0	0	0	0
Tecnologias de informação	11 694	13 755	26 666	18 152	48 000	54 400	56 400
Publicidade e Marketing	416	384	2 717	45 945	90 000	90 000	90 000
Outros FSE's	1 127	4 637	983	2 565	89 478	3 130 416	5 665 353
Total	94 617	109 529	121 451	158 243	344 492	3 429 557	5 973 713

No que concerne aos Outros FSE, nomeadamente quanto aos valores previstos entre 2023 e 2025 apresentados no Quadro 17, julga-se adequado discriminar com maior detalhe o seu conteúdo, uma vez que estes passarão a incluir os resultantes da operação do sistema com peso relevante. Para este efeito, é apresentado o Quadro 18.

Quadro 18 - Discriminação dos Outros FSE

	2023	2024	2025
	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gestão operacional			
Seguros	798	151 958	335 025
Edifícios, informática, telecomunicações	22 232	93 659	112 188
Deslocações, viaturas, representação	17 491	43 776	54 646
Formação	10 756	14 622	15 750
Promoção, inquéritos, informação ao público	0	35 295	67 000
Assessorias, auditorias, certificação	0	122 500	122 500
Operação			
Energia para veículos	2 606	496 473	1 094 586
Energia para estações e PMO	10 310	104 393	216 518
Limpeza de estações, veículos e PMO	833	158 745	349 989
Vigilância e segurança de passageiros	0	147 857	360 000
Vigilância e segurança de PMO	9 952	119 428	119 428
Comissões e custos de suporte da bilhética	0	82 078	199 841
Bilhética - Abastecimento e recolha de valores	0	57 664	140 400
Telecomunicações - rede móvel nos veículos	396	103 889	166 222
Manutenção Material Circulante			
Veículos - manutenção corrente	1 169	222 629	490 837
Veículos - substituição de baterias	305	58 103	128 100
Manutenção de Infraestrutura			
Gestão de manutenção - ferramentas informáticas	0	50 000	50 000
Infraestrutura de via	0	123 348	277 500
infraestrutura das estações	0	19 050	42 000
Sistemas técnicos	0	436 443	566 785
Bilhética	0	176 359	304 008
Infraestruturas de energia	1 267	90 399	113 300
Infraestruturas do PMO	0	4 856	11 823
Outros custos operacionais	8 749	216 893	326 908
Total	86 863	3 130 416	5 665 353

No que se refere à frota automóvel, a Metro-Mondego detém atualmente duas viaturas ligeiras de passageiros, de 2009 e 2012. Adicionalmente, na sequência do Despacho nº 303/2021-SET²⁷, de 6 de abril emitido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, instruído o processo para aquisição de uma viatura em AOV, rececionado o Despacho nº 1065/2021/SEO28, de 24 de agosto emitido pela Senhora Secretária de Estado do Orçamento, foi substituída a viatura de 2005 pela viatura em AOV, em dezembro de 2021.

²⁷ Refere-se à aprovação concreta de (...) "iii) a aquisição de 3 viaturas para a frota operacional, sendo 2 para substituição de viatura antigas, com 17 e 12 anos, e outra com características que permitam o acompanhamento das obras relacionadas com o SMM".

²⁸ "Autorizo, para efeitos previstos no n.º7 do RCM n.º 106/2019, a dispensa do cumprimento dos critérios financeiros definidos nos termos do artigo 2.º do Despacho n.º 2293-A/2019, de 7 de março, concretamente no que se reporta ao valor mensal da renda máxima fixada pela Tabela I em anexo ao despacho mencionado e que representa um acréscimo de 5% para a aquisição, em regime AOV, de um veículo a afetar á frota não operacional da Metro Mondego, S.A., da tipologia "Médio-Inferior Elétrico", em conformidade com os fundamentos constantes no parecer emitido pela ESPAP através da Inf. 00084 21 NVEL, de 17.02.2021."

A substituição da viatura de 2009²⁹ encontra-se com encomenda formalizada tendo sido atualizada a data prevista de entrega de fevereiro para abril de 2023. Encontra-se em análise o processo da viatura de todo o terreno, na sequência da sua prévia autorização.

Igualmente, para o exercício de 2024 está identificada a necessidade de aquisição de mais 3 viaturas de apoio direto ao serviço de operação do SMM. Os encargos com a frota automóvel são resumidos no Quadro 19.

Quadro 19 – - Encargos com a frota automóvel

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var 2023/2019		Var 2023/2022	
	Exec.	Exec	Exec	Exec	Orçam.	Orçam	Orçam	valor	%	valor	%
AOV - Aluguer operacional de viaturas ⁽²⁾	2 373	5 450	6 984	13 517	18 593	22 263	22 263	16 220	683,4%	5 076	37,6%
Seguro	1 380	1 361	1 390	1 098	1 250	2 500	2 500	-130	-9,4%	152	13,8%
Revisões	1 710	1 242	4 376	1 741	3 000	2 400	2 400	1 290	75,5%	1 259	72,3%
IUC	324	325	325	290	650	500	500	326	100,3%	360	124,3%
Portagens	n.d.	2 675	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Combustíveis ⁽³⁾	3 814	4 482	5 240	7 222	15 183	15 183	15 183	11 369	298,1%	7 961	110,2%
Deslocações e Estadas ⁽¹⁾	2 929	3 155	3 896	6 017	20 045	18 345	16 645	17 116	584,4%	14 028	233,1%
Estacionamento	n.d.	116	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Nº de veículos	3	3	3	4	4	7	7	1	33,3%	0	0,0%

¹ Inclui despesas com portagens e estacionamento

² AOV inclui a viatura cedida pelo Metro do Porto [2019 a 2022]

³ Em 2022 inclui energia para a viatura elétrica [1.224 €]

No Quadro 19, os valores orçamentados com Portagens e com Combustíveis são os que resultam dos encargos definidos no estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral [AG] de 2019. No ano de 2023 e seguintes, os encargos a suportar refletem o paradigma normal, no entanto sem precaver efeitos paralelos e imprevistos de aumento generalizado de preços que resultem da crise geopolítica, tais como combustíveis, eletricidade ou outros que possam fazer crescer anormalmente os preços das deslocações para além dos implícitos do incremento de atividade.

4.5 Análise dos Indicadores de Gestão

Para aferir o nível de atividade da MM, nos termos definidos nas Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2023, a MM deu continuidade à construção do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG]:

$$IOEGG = \frac{\text{Gastos Operacionais}}{\text{Investimento realizado (rubrica económica 07)}}$$

²⁹ Após 3 procedimentos concursais, em 2022, sem apresentação de propostas, pelas dificuldades existentes no setor automóvel, foi conduzido um novo pedido de exceção formulado à ESPAP no sentido de ultrapassar as limitações e dificuldades sentidas em contratar nova viatura, obtido através do Despacho n.º 147/2022.XXIII, de 14/07/2022, pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Este indicador (alternativo) da eficiência operacional foi reconhecido³⁰ como adequado à análise do peso que os gastos operacionais representam no trabalho desenvolvido na empresa (investimento), em cada ano. É importante assinalar que a MM está numa fase de transição de um cenário de fortíssima contenção de custos para um contexto dominado pela necessidade de realização de elevados níveis de investimento, conduzindo a rácios decrescentes numa primeira fase para depois tender a estabilizar. Esta fase, com o atraso na obtenção de autorizações de investimento e devido ao efeito da Pandemia, vem justificar a prorrogação da utilização deste Indicador Alternativo por mais dois anos (2022 e 2023), dado estes serem ainda anos de forte investimento e ausência de receitas, pelo menos até ao final de 2023, conforme se poderá concluir com base nos dados constantes do Quadro 20.

Quadro 20 – Evolução do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento	965 151	1 900 676	2 485 286	3 121 879	16 817 034	36 674 333	4 094 437
IOEGG	0,6038669	0,360243	0,305434	0,2864676	0,1017326	0,2023861	2,690865

É pertinente mencionar que, em função da programação dos investimentos para colocar em operação o SMM, e considerando o cenário em que o crescimento do volume de negócios se mantém sem expressão neste período, até 2023³¹ (inclusive) manter o recurso ao IOEGG como indicador de gestão em 2023 justifica-se ajustado e adequado. Por esse motivo o peso dos gastos operacionais face ao investimento realizado (IOEGG) mantém a tendência decrescente até 2023 (Cf. Quadro 20). A partir de 2024, estarão finalmente reunidas as condições para concluir o recurso à estimação deste indicador alternativo, prevendo-se o regresso ao habitual indicador com base no rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

No que respeita às várias rubricas que compreendem o orçamento para 2023, apresenta-se, sempre que possível, informação relativa a períodos anteriores (execução de 2019, execução de 2020 e execução em 2021), bem como a previsão para o triénio 2023-2025. Sempre que oportuno, são apresentadas referências ao indicador de eficiência IOEGG.

No Quadro 21 sintetiza-se uma análise comparativa tendo por base o IOEGG e a evolução dos gastos em termos percentuais.

³⁰ O recurso ao IOEGG, nos termos aqui definidos, foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET (Cf. Anexo F), a 15 de outubro de 2019. Em conformidade com o n.º2 do art.º 158º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho (Lei de Execução Orçamental) a utilização deste indicador deve ser mantida nos exercícios de Planeamento da MM em 2019, 2020 e 2021.

³¹ Em conformidade com o n.º 3 do artigo 144.º do DL n.º 53/2022, de 12 de agosto (Lei de Execução Orçamental).

Quadro 21 - Evolução Comparada do IOEGG, dos Custos com Pessoal e FSE

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Orçam.	Orçam.	Orçam.
Pessoal	433 723	514 966	617 133	702 311	1 298 156	3 921 935	4 974 684
Fornecimento e Serviços Externos	149 100	169 739	141 958	192 006	412 683	3 500 439	6 042 894
Soma [1]	582 823	684 705	759 091	894 317	1 710 840	7 422 374	11 017 579
Varição percentual face ao ano anterior							
Δ Pessoal		18,7%	19,8%	13,8%	84,8%	202,1%	26,8%
Δ Fornecimento e Serviços Externos		13,8%	-16,4%	35,3%	114,9%	748,2%	72,6%
Investimento (económica 07) [2]	965 151	1 900 676	2 485 286	3 121 879	16 817 034	36 674 333	4 094 437
IOEGG [1]/[2]	60,4%	36,0%	30,5%	28,6%	10,2%	20,2%	269,1%

De acordo com os dados apresentados assinala-se a tendência de redução do IOEGG, apesar do aumento (percentual e em valor) nos gastos operacionais. O aumento dos custos é explicado pelo crescimento da empresa, necessário para tornar possível a construção do SMM e sua plena operação, em 2024.

Para concluir, apresentam-se no Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais, respetivamente, os Balanços Previsionais, as Demonstrações de Resultados Previsionais e as Demonstrações de Fluxos de Caixa Previsionais.

Para uma adequada análise desta informação é particularmente importante ter em conta que a MM até 2023 permanecerá como uma empresa de projeto, focada na implementação do SMM. Por este motivo, não tem capacidade de gerar receitas relevantes, em particular receitas que resultem da exploração do sistema e, como tal, inevitavelmente, tenderá a registar valores negativos³² para os indicadores de Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização [EBITDA] e de resultados líquidos³³. Em síntese, apenas a partir de 2024 está previsto que a MM inicie a exploração do sistema começando, então, a gerar receitas resultantes da operação do SMM, oriundas, quer de receitas de transporte, quer da compensação por obrigações de serviço público que venham a ser contratadas com as Autoridades de Transporte na sua área geográfica de atuação.

³² Os resultados operacionais positivos verificados até final de 2023 devem-se em grande medida à estimativa que resulta da venda de parcelas sobrantes.

³³ Quando expurgados eventuais vendas ocasionais de imóveis e terrenos não necessários à atividade do SMM.

Aprovado em Coimbra a 07 fevereiro de 2023.

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana

Vogal Executivo Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata

Vogal Dra. Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 23.º, alínea d) dos Estatutos procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa Metro Mondego, S.A. (a Entidade) relativos ao exercício de 2023 (versão de 7 de fevereiro de 2023), que compreendem o no Plano de atividades e Orçamento 2023/2025, que compreende para o ano de 2023, o orçamento de investimentos (no montante de 16 817 milhares de euros) e de exploração, compreendendo o Balanço Previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 72 817 milhares de euros, um total de capital próprio positivo de 57 448 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 680 milhares de euros) e a demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional), incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 3 do PAO.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo art.º 16º dos Estatutos e demais orientações para as empresas do Setor Empresarial do Estado.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em:

- (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional;
- (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e
- (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base

razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Entroncamento, 15 de fevereiro de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C.,Lda

representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes

(ROC nº 833 – CMVM nº 20160459)



Anexo XI

Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa: 016 - INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO
Ministério: 15 - Ministério das Infraestruturas e Habitação
Designação Serviço: METRO MONDEGO, SA
Código Serviço: 5904

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)
- Demonstrações financeiras previsionais *
- Parecer do órgão de fiscalização **
- Documento comprovativo do NIPC/NIF ***
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA)
- Identificação de iniciativas de eficiência e controlo orçamental (Anexo X)
- Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. ****
- Declara-se que esta entidade, no que se refere a investimentos estruturantes, conforme se estabelece no ponto 64 e 65 (selecionar alternativa):
 - A - Não desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes
 - B - Desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes e procedeu à sua inscrição ao nível do «projeto»
- Declara-se que estão vertidas no Projeto de Orçamento todas as receitas e despesas enquadradas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, se aplicável.

O responsável máximo do serviço

(Assinatura Qualificada) João Rui de Sousa Simões Fernandes Marras
Assinado eletronicamente por João Rui de Sousa Simões Fernandes Marras em 2023.06.11 15:08:01
0100

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2023 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2022.

**** Aplicável às EPR.

Quadro C1 – Balanço Previsional 2023

Metro Mondego

Balanço Previsional de 2023

RUBRICAS	Notas	31/12/2022	31/03/2023	30/06/2023	30/09/2023	31/12/2023
ATIVO						
<u>Ativo não corrente</u>						
Ativos fixos tangíveis		49 611 979,35	53 011 353,19	56 407 624,51	59 723 105,50	63 189 245,99
Propriedades de Investimento		192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29
Ativos intangíveis		19 212,84	15 005,04	11 271,41	11 271,41	11 271,41
Diferimentos		420,92	420,92	420,92	420,92	420,92
Outros ativos financeiros		1 709,00	2 652,29	3 910,01	4 853,30	6 110,96
sub-total		49 825 838,40	53 221 947,73	56 615 743,14	59 932 167,42	63 399 565,57
<u>Ativo corrente</u>						
Inventários		1 958 632,42	2 715 530,62	3 472 428,82	4 229 327,02	4 986 225,17
Clientes, contribuintes e utentes		187 620,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		49 539,98	7 091,65	62 406,57	419 072,74	295 893,40
Outras contas a receber		174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53
Diferimentos		29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54
Caixa e depósitos bancários		8 544 918,26	8 436 936,22	8 282 343,90	6 710 876,95	3 931 836,01
sub-total		10 944 070,55	11 362 917,56	12 020 538,36	11 562 635,78	9 417 313,65
Total do Ativo		60 769 908,95	64 584 865,29	68 636 281,50	71 494 803,20	72 816 879,22
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património / Capital		1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00
Reservas		9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04
Resultados transitados		-765 816,06	-526 589,85	-526 589,85	-526 589,85	-526 589,85
Outras Variações no Património Líquido		46 373 432,05	48 724 857,54	51 224 626,48	53 720 568,30	56 209 789,49
Resultado Líquido do período		239 226,21	221 687,21	448 026,29	673 422,88	680 344,21
Interesses minoritários						
Total do Património Líquido		46 931 496,24	49 504 608,94	52 230 716,96	54 952 055,37	57 448 197,89
PASSIVO						
<u>Passivo não corrente</u>						
Outras contas a pagar		13 521 663,37	13 812 705,30	13 950 999,69	14 088 182,98	14 223 415,12
sub-total		13 521 663,37	13 812 705,30	13 950 999,69	14 088 182,98	14 223 415,12
<u>Passivo corrente</u>						
Fornecedores		5 625,30	262 337,51	262 337,51	262 337,51	5 625,30
Adiantamentos de clientes		144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00
Estado e outros entes públicos		94 383,64	94 383,64	19 083,78	19 083,78	228 811,16
Fornecedores de Investimentos		553,50	694 643,00	1 956 956,66	1 956 956,66	694 642,85
Outras contas a pagar		72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total		316 749,34	1 267 551,05	2 454 564,85	2 454 564,85	1 145 266,21
Total do passivo		13 838 412,71	15 080 256,35	16 405 564,54	16 542 747,83	15 368 681,33
Total do Património Líquido e do Passivo		60 769 908,95	64 584 865,29	68 636 281,50	71 494 803,20	72 816 879,22

Quadro C2 – Demonstração de Resultados Previsional 2023

Metro Mondego

Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza de 2023

RUBRICAS	Notas	31/12/2022	31/03/2023	30/06/2023	30/09/2023	31/12/2023
Vendas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações nos Inventários de produção		852 250,37	756 898,20	1 513 796,40	2 270 694,60	3 027 592,75
Trabalhos para a própria entidade		861 070,21	403 671,93	809 119,59	1 142 448,78	1 635 109,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos		1 044 256,67	870 512,03	1 691 557,32	2 517 677,61	3 435 626,17
Gastos com o pessoal		702 310,75	307 570,90	662 382,41	938 942,93	1 293 754,44
Outros rendimentos e ganhos		411 667,19	259 616,18	523 636,45	792 594,94	1 070 225,25
Outros gastos e perdas		4 268,36	1 150,00	1 650,00	4 150,00	4 650,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		374 151,99	240 953,38	490 962,71	744 967,78	998 896,83
Gastos/reversões de depreciação e amortização		59 625,92	19 266,17	42 936,42	71 544,90	108 825,24
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		314 526,07	221 687,21	448 026,29	673 422,88	890 071,59
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados		0,00				
Resultado antes de imposto		314 526,07	221 687,21	448 026,29	673 422,88	890 071,59
Imposto sobre o rendimento do período		-75 299,86	0,00	0,00	0,00	-209 727,38
Resultado líquido do período		239 226,21	221 687,21	448 026,29	673 422,88	680 344,21

Quadro C3 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2023

Metro Mondego

Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa de 2023

Rubricas	Notas	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023
Fluxos de Caixa de atividades operacionais													
Recebimentos de Clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos de Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimento de Utentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento a fornecedores		-91 548,49	-366 689,95	-643 012,21	-920 625,97	-1 198 793,23	-1 491 566,74	-1 781 019,25	-2 058 602,26	-2 345 972,52	-2 669 024,39	-2 991 645,76	-3 569 648,19
Pagamentos ao Pessoal		-124 045,25	-216 546,52	-309 047,79	-402 824,06	-495 325,33	-665 117,02	-757 618,29	-850 119,56	-942 620,83	-1 036 397,10	-1 206 188,79	-1 298 690,00
Caixa gerada pelas operações		-215 593,74	-583 236,47	-952 060,00	-1 323 450,03	-1 694 118,56	-2 156 683,76	-2 538 637,54	-2 908 721,82	-3 288 593,35	-3 705 421,49	-4 197 834,55	-4 868 338,19
Outros recebimentos/pagamentos		0,00	0,00	398 850,00	398 850,00	323 550,14	623 050,14	623 050,14	623 050,14	619 975,14	1 119 725,14	1 119 725,14	1 119 475,14
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-215 593,74	-583 236,47	-553 210,00	-924 600,03	-1 370 568,42	-1 533 633,62	-1 915 587,40	-2 285 671,68	-2 668 618,21	-2 585 696,35	-3 078 109,41	-3 748 863,05
Fluxos de caixa de atividades de investimento													
Pagamentos respeitantes a:													
Ativos fixos tangíveis		-498 882,49	-1 691 854,48	-2 697 205,65	-3 890 177,64	-3 820 835,97	-5 013 807,96	-6 206 779,95	-7 399 751,94	-8 592 723,93	-9 785 695,92	-10 978 667,91	-13 433 953,64
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:													
Ativos fixos tangíveis		80 116,67	160 233,34	240 350,01	320 466,68	400 583,35	480 700,02	560 816,69	640 933,36	721 050,03	801 166,70	881 283,37	961 400,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio ao investimento		674 473,87	1 348 947,74	2 023 421,61	2 697 895,48	3 372 369,35	4 046 843,22	4 721 317,09	5 395 790,96	6 070 264,83	6 744 738,70	7 419 212,57	8 093 686,44
Transferências de capital		292 887,33	585 774,66	878 661,99	1 171 549,32	1 464 436,65	1 757 323,98	2 050 211,31	2 343 098,64	2 635 985,97	2 928 873,30	3 221 760,63	3 514 648,00
Juros e rendimentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		548 595,38	403 101,26	445 227,96	299 733,84	1 416 553,38	1 271 059,26	1 125 565,14	980 071,02	834 576,90	689 082,78	543 588,66	-864 219,20
Fluxo de caixa das atividades de financiamento													
Recebimentos provenientes de:													
Financiamento obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:													
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)		333 001,64	-180 135,21	-107 982,04	-624 866,19	45 984,96	-262 574,36	-790 022,26	-1 305 600,66	-1 834 041,31	-1 896 613,57	-2 534 520,75	-4 613 082,25
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 544 918,26	8 877 919,90	8 364 783,05	8 436 936,22	7 920 052,07	8 590 903,22	8 282 343,90	7 754 896,00	7 239 317,60	6 710 876,95	6 648 304,69	6 010 397,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 877 919,90	8 364 783,05	8 436 936,22	7 920 052,07	8 590 903,22	8 282 343,90	7 754 896,00	7 239 317,60	6 710 876,95	6 648 304,69	6 010 397,51	3 931 836,01

Quadro C4 – Balanço Previsional 2024-2025

Metro Mondego

Balanço Previsional de 2024/2025

RUBRICAS	Notas	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
ATIVO									
<u>Ativo não corrente</u>									
Ativos fixos tangíveis		73 353 176,02	34 091 647,42	42 073 460,80	49 915 670,53	49 935 965,32	49 939 937,14	49 927 586,02	49 898 912,00
Propriedades de Investimento		192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29
Ativos intangíveis		11 271,41	11 271,41	11 271,41	11 271,41	11 271,41	11 271,41	11 271,41	11 271,41
Diferimentos		420,92	420,92	420,92	420,92	420,92	420,92	420,92	420,92
Outros ativos financeiros		10 355,96	16 015,96	20 260,96	25 920,93	31 500,57	38 940,09	44 519,73	51 959,31
sub-total		73 567 740,60	34 311 872,00	42 297 930,38	50 145 800,08	50 171 674,51	50 183 085,85	50 176 314,37	50 155 079,93
<u>Ativo corrente</u>									
Inventários		4 196 441,51	3 406 657,85	2 616 874,19	1 827 090,52	1 370 317,87	913 545,22	456 772,57	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		218 480,79	1 134 023,28	1 454 579,77	571 258,96	743 162,46	1 307 028,61	1 875 678,76	944 484,24
Outras contas a receber		174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53	174 176,53
Diferimentos		29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54	29 182,54
Caixa e depósitos bancários		5 675 111,59	3 815 230,13	4 498 173,06	2 394 156,91	2 713 224,71	2 295 652,20	1 589 862,85	2 918 381,50
sub-total		10 293 392,96	8 559 270,33	8 772 986,09	4 995 865,46	5 030 064,11	4 719 585,10	4 125 673,25	4 066 224,81
Total do Ativo		83 861 133,56	42 871 142,33	51 070 916,47	55 141 665,54	55 201 738,62	54 902 670,95	54 301 987,62	54 221 304,74
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO									
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património / Capital		1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00
Reservas		9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04
Resultados transitados		153 754,36	153 754,36	153 754,36	153 754,36	1 052 483,82	1 052 483,82	1 052 483,82	1 052 483,82
Outras Variações no Património Líquido		63 934 378,07	33 560 531,18	40 960 639,95	48 122 226,33	48 079 053,73	48 023 230,83	47 954 757,65	47 873 634,21
Resultado líquido do período		449 839,21	606 230,91	1 002 072,65	898 729,46	2 854,97	-62 902,18	130 033,94	21 558,49
Interesses minoritários									
Total do Património Líquido		65 622 625,68	35 405 170,49	43 201 121,00	50 259 364,19	50 219 046,56	50 097 466,51	50 221 929,45	50 032 330,56
PASSIVO									
<u>Passivo não corrente</u>									
Outras contas a pagar		14 721 442,57	4 158 633,91	4 562 457,54	4 934 870,36	4 606 350,72	4 274 158,42	3 938 293,46	3 598 755,85
sub-total		14 721 442,57	4 158 633,91	4 562 457,54	4 934 870,36	4 606 350,72	4 274 158,42	3 938 293,46	3 598 755,85
<u>Passivo corrente</u>									
Fornecedores		17 663,60	17 663,60	17 663,60	5 625,30	25 439,82	45 254,34	65 068,86	84 883,39
Adiantamentos de clientes		144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00	144 000,00
Estado e outros entes públicos		228 811,16	19 083,78	19 083,78	293 289,45	293 289,45	19 083,78	19 083,78	38 626,92
Fornecedores de Investimentos		3 054 403,65	3 054 403,65	3 054 403,65	-567 670,66	-158 574,83	250 521,00	-158 574,83	250 521,12
Outras contas a pagar		72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90	72 186,90
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total		3 517 065,31	3 307 337,93	3 307 337,93	-52 569,01	376 341,34	531 046,02	141 764,71	590 218,33
Total do passivo		18 238 507,88	7 465 971,84	7 869 795,47	4 882 301,35	4 982 692,06	4 805 204,44	4 080 058,17	4 188 974,18
Total do Património Líquido e do Passivo		83 861 133,56	42 871 142,33	51 070 916,47	55 141 665,54	55 201 738,62	54 902 670,95	54 301 987,62	54 221 304,74

Quadro C5 – Demonstração de Resultados Previsional 2024-2025

Metro Mondego

Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza de 2024/2025

RUBRICAS	Notas	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
Vendas		561 284,13	1 122 568,26	1 683 852,39	2 245 136,56	322 187	644 375	966 562	1 288 750
Prestação de Serviços		0,00	0,00	934 841,73	1 869 683,43	1 635 973	3 271 946	4 907 919	6 543 892
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		0,00	0,00	600 000,00	1 200 000,00	800 000	1 600 000	2 400 000	3 200 000
Variações nos Inventários de produção		-1 194 249,66	-2 388 499,32	-3 582 748,98	-4 776 998,67	-690 266	-1 380 531	-2 070 797	-2 761 063
Trabalhos para a própria entidade		1 763 433,02	3 260 678,98	3 260 678,98	3 260 678,98	0	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas									
Fornecimentos e serviços externos		941 453,75	1 817 956,03	2 713 758,31	3 613 385,53	1 568 424	3 066 068	4 582 013	6 102 832
Gastos com o pessoal		961 785,91	2 016 283,75	2 847 627,31	3 902 125,15	1 201 991	2 543 874	3 606 763	4 948 646
Outros rendimentos e ganhos		1 361 619,81	51 882 511,20	53 662 814,64	55 582 721,68	1 460 087	2 936 497	4 429 231	5 938 287
Outros gastos e perdas		1 000,00	1 500,00	4 000,00	4 500,00	1 000	1 500	4 000	4 500
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		587 847,64	50 041 519,34	50 994 053,14	51 861 211,30	756 567	1 460 845	2 440 139	3 153 888
Gastos/reversões de depreciação e amortização		138 008,43	49 435 288,43	49 991 980,49	50 688 276,17	753 712	1 523 747	2 310 105	3 112 787
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)									
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		449 839,21	606 230,91	1 002 072,65	1 172 935,13	2 855	-62 902	130 034	41 102
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e gastos similares suportados									
Resultado antes de imposto		449 839,21	606 230,91	1 002 072,65	1 172 935,13	2 855	-62 902	130 034	41 102
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	-274 205,67	0	0	0	-19 543
Resultado líquido do período		449 839,21	606 230,91	1 002 072,65	898 729,46	2 855	-62 902	130 034	21 558

Anexo D – Linhas de Investimento

INVESTIMENTO	2023	2024	2025
Investimento relacionado com funcionamento	555 000	618 500	50 000
Hardware/Software	480 000	303 500	50 000
Viaturas Operacionais	0	90 000	0
Remodelação Edifícios	75 000	225 000	0
Comunicação e Marketing	20 000	15 000	10 000
Sinalética SMM	10 000	10 000	0
Comunicação	10 000	5 000	10 000
Serviços Alternativos	1 642 160	2 192 160	225 000
Operação Serpins	1 460 000	1 560 000	0
Operação Portagem - Coimbra B	0	440 000	220 000
Serviço CP	167 160	167 160	0
Manutenção	10 000	20 000	5 000
Outros	5 000	5 000	0
Baixa de Coimbra	3 037 593	132 447	79 437
IMI	10 000	15 000	15 000
Empreitada da Baixa	2 564 249	0	0
Revisão Preços	233 111	0	0
PT e abastecimentos BT	40 000	0	0
Fiscalização	65 012	0	0
Assistência Técnica	25 942	0	0
Revisão proj. A1 e A2	9 014	0	0
Projeto Casa Aninhas e Praça	60 217	0	0
Mediação imobiliária	30 048	117 447	64 437
Parque de Material e Oficinas	5 799 658	5 129 982	0
Estudo e Assessorias	34 886	9 578	0
Projetos complementares	105 000	45 000	0
Expropriações	330 326	0	0
Empreitada PMO	4 250 406	2 541 777	0
Revisão Preços	311 140	411 140	0
Fiscalização	360 649	124 238	0
Aluguer de contentores para PCC provisório	10 000	12 000	0
Empreitada complementar PMO	397 250	1 986 250	0
Bilhética	1 332 237	28 650	0
Projeto e Fornecimento	1 323 237	19 650	0
Armazém para equipamento de bilhética	9 000	9 000	0
Material Circulante	3 732 326	28 278 404	3 730 000
Assessoria Técnica/Jurídica	49 015	0	0
Fornecimento Veiculos (35 Unid)	2 757 670	28 127 330	0
Fornecimento Veiculos op. (5 Unid)	0	0	3 730 000
Fornecimento de Postos de Transformação	913 054	151 074	0
Alimentação de Média Tensão dos PTs	12 587	0	0
Estudos e Assessorias	698 060	279 190	0
Veículos, Gestão e Operação	176 300	27 000	0
Segurança e Licenciamento do Sistema	90 000	45 000	0
Bilhética e Tarifário	55 760	28 940	0
SAE e Telemática	32 000	20 000	0
Energia	18 960	0	0
Sinalética (estações)	30 000	10 000	0
Consultoria jurídica especializada	30 000	0	0
Processos expropriativos (PMO)	19 057	0	0
Estudos e Projetos infraestruturas rodoviárias	50 000	0	0
Paisagismo (Estudos, projeto e empreitada)	148 783	68 250	0
Sistemas técnicos	40 000	50 000	0
Via e Estações	0	30 000	0
Escrituras PMO	7 200	0	0
Total	16 817 034	36 674 333	4 094 437

Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação

Modelo A

Estrutura de mapa de pessoal (exemplo) - Artigo 5.º LVCR

Pedro Nuno Santos

Assinado de forma digital por
Pedro Nuno Santos
Dados: 2022.08.09 12:13:18
+01'00'

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a); (b)	
		Director-Geral (1)	Subdirector-Geral (1)	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional				Assistente operacional
Presidente CA	-	1													1	AG 24/11/2019
Vogal CA	-		2												2	AG 24/11/2019
		Subtotal		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
Coordenador Dep.	Departamento Administrativo e Financeiro			1											1	C. Ind. Trabalho
Contabilista						3									3	C. Ind. Trabalho
Secretariado						1									1	C. Ind. Trabalho
Recursos Humanos						2									2	C. Ind. Trabalho
Informática						1									1	C. Ind. Trabalho
		Subtotal		1	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	8	
Coordenador Dep.	Departamento Técnico			1											1	C. Ind. Trabalho
Engenheiros						8									8	C. Ind. Trabalho
Secretariado															0	C. Ind. Trabalho
		Subtotal		1	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	9	
Coordenador Dep.	Departamento Operações			1											1	C. Ind. Trabalho
Engenheiros						1									1	C. Ind. Trabalho
Secretariado									1						1	C. Ind. Trabalho
Motoristas													4		4	C. Ind. Trabalho
Inspetores											2			tecnico-profissional/especialista	2	C. Ind. Trabalho
Supervisores											2			tecnico-profissional/especialista	2	C. Ind. Trabalho
Reguladores											4			tecnico-profissional/especialista	4	C. Ind. Trabalho
		Subtotal		1	0	1	0	0	0	1	8	0	4	15		
Coordenador Dep.	Gabinete Jurídico														0	
Advogado						2									2	C. Ind. Trabalho
															0	
		Subtotal		0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Coordenador Dep.	Gabinete Qualidade														0	
Qualidade						1									1	C. Ind. Trabalho
															0	
		Subtotal		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Coordenador Dep.	Departamento Comunicação e Marketing														0	
Competência 6						1									1	C. Ind. Trabalho
Competência 7							3								3	C. Ind. Trabalho
		Subtotal		0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	
Totais gerais		1	2	3	0	23	0	0	0	1	8	0	4		42	

Total 42

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

À Dca. Cláudia Rodrigues e
à Eng.ª Liliana Andrade.

24/10/2019

IPM

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado das Infraestruturas
Dra. Isabel Pires Marques
Av. Barbosa do Bocage, 5 - 2.º
1049-039 Lisboa

Isabel Pires Marques
Chefe do Gabinete do Secretário
das Infraestruturas

Despacho o envio à S.A. para reconhecimento.

Concordo.
24/10/2019
IPM

24/10/2019

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

N.º: 4815/2019

16-10-2019

ENT.: 4983 de 11-10-2019

PROC. N.º: 24.421/2019

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (SIREF, 2019-09-17)
Metro do Mondego, S.A.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício n.º 450/UTAM/2019, bem como cópia do Relatório de Análise n.º 306/2019, de 11 de outubro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO N.º 1250/19 - SET

"Concordo.

Autorizo as exceções, nos termos propostos no ponto B. do presente Relatório, quanto:

- i) À alteração do indicador de eficiência operacional;*
- ii) Ao aumento dos gastos com pessoal e;*
- iii) Ao aumento com deslocações estadas e ajudas de custo e os associados à frota automóvel.*

Autorizo a realização do investimento, em 2019, até ao limite de 1,4M€.

Remeta-se a S. Exa o SEInfra.

Dê-se conhecimento à DGTF.

*Álvaro Novo
15.10.2019"*

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas
Entrada N.º 6050/2019
Processo N.º 114/2019
Data: 24/10/2019

Ana Brandão

AV

Anexo G – Encargos Económicos e Financeiros decorrentes da crise geopolítica internacional

A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a existência de uma pandemia global de casos de infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2. Esta situação de emergência de saúde pública acelerou a adoção de inúmeras medidas, com o intuito de mitigar a propagação da doença, as quais levaram à suspensão de diversas atividades e a uma acentuada perturbação da atividade económica em geral, com forte impacto na circulação de pessoas, seja a nível profissional seja em lazer. Portugal e a MM não foram exceção a este contexto restritivo que se viveu de forma intensa durante o ano de 2020, e que se prolongou durante o ano de 2021. As restrições adotadas para ajudar ao controlo da doença, na sua grande maioria plasmadas em documentos oficiais da Assembleia da República, do Governo e da Direção Geral de Saúde, estão associadas a perdas económicas diretas e indiretas para a MM, com implicações já apuradas nos exercícios de 2020 e 2021.

No ano de 2022 não foram registados impactos que mereçam relevância ou destaque. O teletrabalho é uma funcionalidade disponibilizada aos colaboradores para compatibilização de vida pessoal e familiar desde que seja mantido o funcionamento pleno da atividade diária da empresa.

Quadro G1 – Encargos diretos da MM decorrentes da situação de Crise Pandémica

	2020	2021	2022
	Execução	Execução	Execução
Equipamentos de proteção individual e material de desinfeção	4 476	211	0
Testes rápidos à Covid-19		2 413	0
Total	4 476	2 624	0

Do lado da procura importa assinalar os mais significativos efeitos financeiros da pandemia na atividade normal MM, com as receitas de tráfego a decaírem em 2020 e 2021.

O Quadro G2 infra apresenta a dimensão desta quebra, e a recuperação verificada em 2022 permanecendo este sinal positivo nos anos seguintes.

Quadro G2 – Perdas indiretas decorrentes da situação de Crise Pandémica

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Receitas Part	65 081	89 196	99 755	135 917	135 000	135 000	0
Receitas de Tarifário	718 120	417 698	473 113	678 626	650 000	2 509 683	6 508 892
Incluídas na fatura CP	718 120	417 698	272 608	0	0	0	0
Recebidas diretamente pela MM	0	0	200 505	678 626	650 000	2 509 683	6 508 892
Total	783 201	506 894	572 868	814 543	785 000	2 644 683	6 508 892

Notas:

- 1) A partir de 1 de setembro de 2021 as receitas de tráfego passaram a entrar autonomamente na MM. Até esta data estavam diluídas na fatura da CP juntamente com os custos da operação rodoviária e o custo dos serviços prestados pela CP.
- 2) O PART iniciou-se a 1 de junho de 2019, pelo que o valor da sua receita nesse ano foi mais reduzido.
- 3) Em 2024 encontram-se refletidas receitas de 650.000 € afetos aos Serviços Alternativos (ano em que termina este serviço). As restantes receitas de tarifário referem-se à entrada ao serviço do SMM.

Conforme se pode concluir pela leitura do Quadro G2, assinalam-se perdas de receita significativas em 2020 (-276 307 €) e 2021 (-210 333 €) quando comparadas com as receitas apuradas em 2019, sendo que esta quebra das receitas esteve diretamente associada a um aumento, no mesmo montante, dos encargos da MM com os Serviços Alternativos, pelo que estes montantes traduziram-se em perdas indiretas da MM decorrentes da situação de crise pandémica.

Em 2022 assistiu-se à recuperação significativa da procura e da correspondente receita de tráfego, ultrapassando os valores observados no período pré-pandemia.

No que se refere ao impacto económico e financeiro decorrentes da crise geopolítica salienta-se o aumento generalizado dos preços (inflação) com reflexo direto nos custos da atividade da empresa, mas também na revisão de preços que envolve os investimentos em curso como nos investimentos a concurso.

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos não estão contemplados aumentos que resultam da inflação esperada, pelas razões anteriormente já referidas, mas reflete o aumento generalizado que já se vinha sentindo, em particular, nos combustíveis e na eletricidade.

Registamos ainda o acréscimo verificado no AOV para a 2ª viatura, no âmbito do acordo firmado com entrega prevista em 2023.

Quadro G3 – Acréscimo de custo em viatura AOV

	2022	2023	2024	2025
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Fornecimento e Serviços Externos				
Aluguer Operacional de Viatura	0	2 332	2 798	2 798

O acréscimo estimado resulta da diferença de valor obtida pela referência indicada para uma viatura da gama média inferior elétrica descrita no Despacho n.º 2293-A/2019, de 7 de março (520,00 €) e o atual valor pelo qual se julga conseguir contratualizar uma viatura de características equivalente.

Ainda no quadro seguinte, identificamos a estimativa de preços na empreitada de construção do Edifício A1 e A2, que reflete o aumento de custo dos materiais de construção civil.

Quadro G4 – Revisão de Preços da Empreitada do Edifício A1 e A2

	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Libertação da Baixa de Coimbra					
Empreitada de Construção do Ed. A1 e A2	17 286	40 476	219 916	0	0

Não foram contemplados outros impactos resultantes da estimativa de inflação prevista nas as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2023.

Anexo H – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito das novas admissões

Em complemento à informação apresentada em 4.3 (Evolução dos Recursos Humanos), designadamente a que consta do Quadro 6 (Evolução marginal dos encargos anuais com as novas admissões), e na medida em que o que aí se evidencia corresponde ao custo estimado que as novas admissões deverão implicar num exercício completo, apresenta-se neste Anexo H o Quadro H1 com reporte do custo estimado para estas mesmas admissões, ponderando agora a circunstância que tais admissões estão previstas ocorrer num determinado ponto intermédio do exercício em que estão a ser consideradas.

Quadro H1 – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito das novas admissões

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gastos totais com contratações	0	69 036	144 890	30 572	523 564	2 662 793	0
Gastos com cargos de direção				0	176 391	0	0
Remuneração do pessoal		69 036	144 890	30 572	347 173	2 662 793	0
Nº Cargos Direção s/ OS		0	0	0	2	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção		2	4	1	10	108	0

Anexo I – Grau de execução do PAO 2022

A avaliação do grau de execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 é função de um conjunto de fatores que o influenciam de forma positiva ou de forma negativa, com destaque para:

- A definição, em tempo oportuno, do Orçamento de Estado para o exercício. A execução de um orçamento, por duodécimos do exercício anterior, configura uma dificuldade acrescida na execução dum plano numa empresa como a MM, com alterações estruturais relevantes em curso, implicando que a base do ano anterior não seja inteligivelmente comparável com a do ano seguinte;
- A receção, dentro dos prazos previstos, das decisões que possibilitam obter clareza na execução do projeto, sejam estas de carácter técnico sejam de carácter financeiro.
- As consequências que ações externas provocam no desenvolvimento do projeto, em particular as contestações públicas ao projeto ou mesmo as ações judiciais por discordância das decisões tomadas em concursos públicos.
- A crise geopolítica internacional e os impactos no acesso a componentes e matérias primas.

Desta forma assinala-se, em síntese, que a execução do PAO 2022 foi muito prejudicado, em particular, pelas questões acima elencadas. Tendo presentes estas limitações, no Quadro I1, evidencia-se a execução ocorrida e a comparação às duas esperadas expetativas, estimadas em momentos distintos.

Quadro I1 – Efeito no investimento anual por razões externas

	2022 v1	2022 r2	2022 execução	Varição
Pessoal	901 834	781 931	702 311	-10,2%
Fornecimento e Serviços Externos	281 684	274 310	192 006	-30,0%
Investimento relacionado com funcionamento	223 250	127 250	71 005	-44,2%
Comunicação e Marketing	50 000	20 000	10 500	-47,5%
Implementação da 1ª fase	1 738 726	1 611 160	1 588 114	-1,4%
Libertação da Baixa de Coimbra	1 708 323	2 026 279	890 703	-56,0%
Empreitada de Construção PMO	3 059 513	1 363 603	169 317	-87,6%
Bilhética	0	0	0	-
Material Circulante	1 353 000	720 000	296 719	-58,8%
Assessorias e estudos	659 751	399 996	95 519	-76,1%
Total	9 976 080	7 324 529	4 016 196	-45,2%



DESPACHO N.º 303 / 2021 - SET

Aprovo o Relatório de Análise n.º 74/2021 da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, referente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da sociedade Metro do Mondego, SA (Mdm), pelo que, com base na fundamentação e justificações apresentadas no mesmo, designadamente, dado tratar-se de uma EPR, quanto à conformidade da proposta de PAO com o orçamento da MDM aprovado no âmbito do OE 2021, autorizo;

- i) A contratação de 4 trabalhadores, tendo sido considerada demonstrada, para além da existência de cobertura orçamental, que o atraso nas admissões comprometeria o cumprimento do cronograma de implementação do SMM;
- ii) O aumento dos gastos com pessoal em 267 mil €, fixando-se o limite para 2021 em 781,2 mil €, ou seja, abaixo do que se encontra orçamentado;
- iii) A aquisição de 3 viaturas para a frota operacional, sendo 2 para substituição de viaturas antigas, com 16 e 12 anos, e outra com características que permitam o acompanhamento das obras relacionadas como SMM;
- iv) O aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel no valor global de 16,8 mil €.

Nestas condições, e com a reserva de limitação da despesa global ao valor que se encontra orçamentado, considero que o PAO 2021 - 2023 da Mdm, SA poderá ser aprovado.

À consideração do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas.

Conhecimento à DGTF e à UTAM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

Miguel Jorge Dados:
de Campos 2021.04.06
Cruz 10:08:04 +01'00'

MIGUEL CRUZ



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete
de Sua Excelência o Secretário de Estado das
Infraestruturas
Dra. Isabel Pires Marques
Avenida Barbosa du Bocage, 5 - 2º
1049-039 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 691/2022 ENT.: 526 de 17-02-2022 PROC. Nº: 29.33/22	24-02-2022

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (PAO2022-24) da Metro do Mondego, S.A. (Mdm) (SIRIEF, 2021-09-13)

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do Relatório de Análise nº 30/2022, de 16 de fevereiro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 225/2022 - SET

"Visto.

Atento o presente Relatório de Análise, (RA) concedo a autorização para:

- a) a contratação de 5 trabalhadores, nos termos constantes do Relatório de Análise;*
- b) o aumento dos Gastos com Pessoal, nos termos do RA, limitado o valor dos Gastos com Pessoal em 2022 a 899 644,13 euros;*
- c) o aumento dos Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, limitando os encargos em 2022 a 45 307 euros.*

Nestes termos, considero que a proposta de PAO está em condições de ser aprovada, mas apenas no respeitante ao ano de 2022, atenta a necessidade de esclarecimento da evolução futura da performance financeira da empresa.

Conhecimento ao Sr. SEI. Conhecimento também à DGTF e à UTAM.

Miguel Cruz

24.02.2022"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Maria Amália Almeida
CN

Anexo L – Portaria de extensão de encargos já emitidas relativamente a investimentos